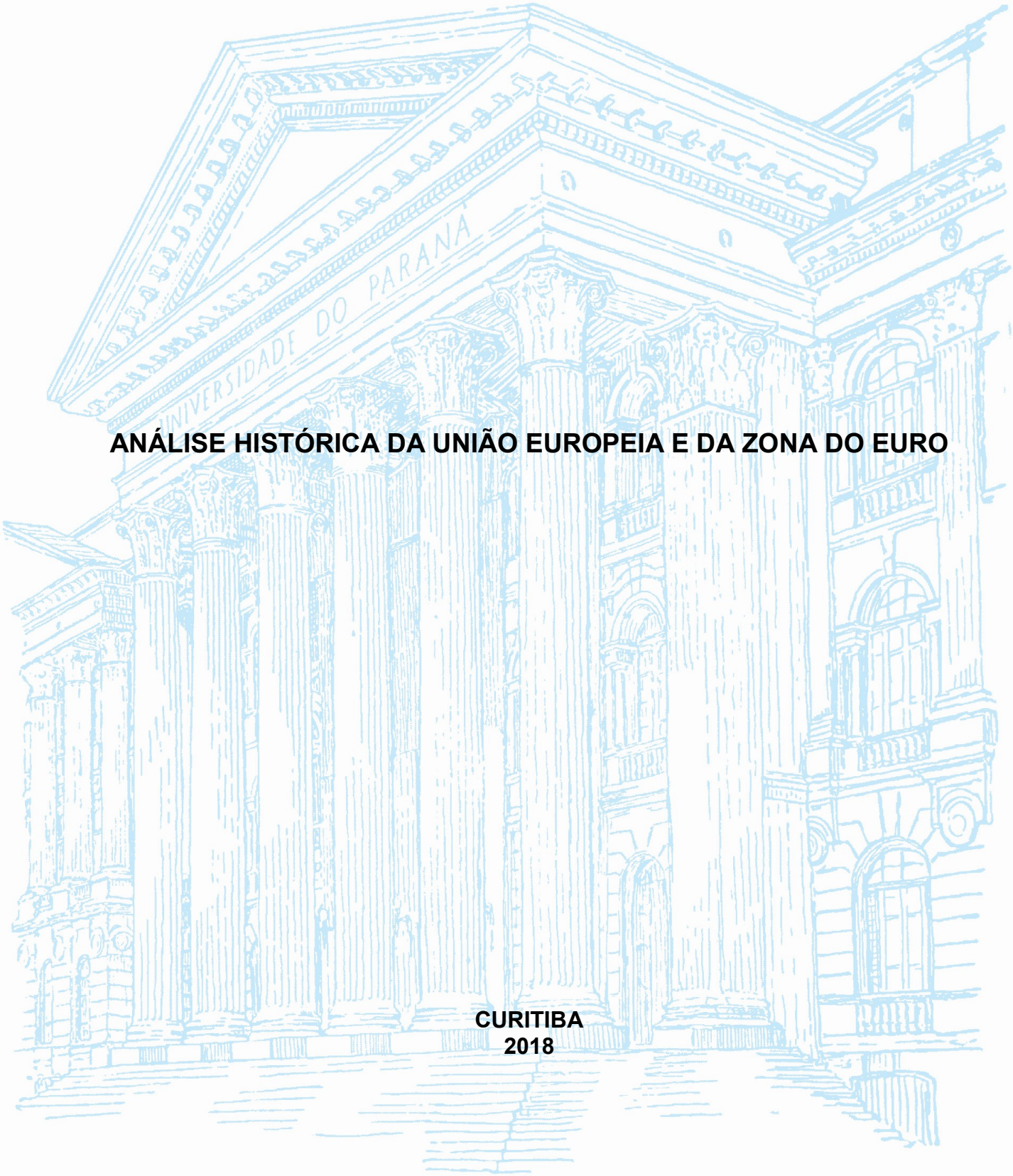
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

GUILHERME PERAZZOLI SCHMOELLER



ANÁLISE HISTÓRICA DA UNIÃO EUROPEIA E DA ZONA DO EURO

CURITIBA
2018

GUILHERME PERAZZOLI SCHMOELLER

ANÁLISE HISTÓRICA DA UNIÃO EUROPEIA E DA ZONA DO EURO

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Vaz Lobo Bittencourt

CURITIBA
2018

RESUMO

SCHMOELLER, Guilherme Perazzoli. **Análise histórica da União Europeia e da zona do euro.** 51 f. Monografia. Curso de Ciências Econômicas – Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

Este trabalho tem como objetivo ilustrar como ocorreram as mudanças dentro do continente europeu no século XX e início do século XXI, passando por uma abordagem histórica das mudanças e chegando a uma análise empírica do que aconteceu. A parte histórica começa já na Primeira Guerra Mundial, em que a ideia de União continental logo foi abandonada em decorrência dos conflitos entre os países do continente europeu. A união entre os países só começa a ser colocada em prática logo após a Segunda Guerra Mundial, para evitar novas crises futuras entre os estados. A ideia de uma Europa única ocorreu durante todo o século XX e foi se concretizando aos poucos, até a Criação da Zona do Euro em 1999. Antes mesmo da criação do euro, os efeitos já eram notáveis entre os países membros, já que eles deveriam seguir algumas regras para que fossem aceitos dentro do tratado. Neste trabalho, foram feitas discussões teóricas sobre os custos e benefícios da implantação do euro como moeda única no continente europeu, bem como o que levou os países a implantá-la. Outro fator importante é que a questão enfrentada pela união monetária não é somente econômica, mas também uma discussão política entre os países do velho continente. Dentre as questões econômicas relacionadas ao período estudado, neste trabalho é apresentada uma análise de indicadores econômicos dos países pertencentes a Zona do Euro, bem como dos problemas que a criação da União Europeia pode ter potencializado, como o caso da doença holandesa em Portugal, além de algumas perspectivas com relação ao futuro da União.

Palavras-chave: Bloco econômico. União monetária. Euro. Industrialização na Europa. Doença holandesa. Integração econômica.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Taxa de juros (%) do Reino Unido entre os anos de 1988 e 1991. 18
Figura 2 - Inflação (%) em países europeus entre os anos de 1980 e 1999. 26
Figura 3 - Custo do trabalho em países europeus entre os anos 2000 e 2007. 28
Figura 4 - Conta corrente (%PIB) de países europeus entre os anos 2000 e 2007. 28
Figura 5 - Orçamento público de países europeus entre os anos 2000 e 2016. 30
Figura 6 - Formação bruta de capital físico na Zona do Euro entre os anos de 1995 e 2018. 31
Figura 7 - PIB em milhares de euros da Zona do Euro entre os anos de 1990 e 2016. 32
Figura 8 - PIB per capita dos países da Zona do Euro entre os anos de 1980 e 2016. 33
Figura 9 - Produção industrial da Zona do Euro entre os anos de 1991 e 2018. 34
Figura 10 - Abandono de automóveis Trabant na Alemanha após a queda do muro de Berlim. 46
Figura 11 - Lombard rate entre os anos de 1988 e 1995. 48
Figura 12 - PIB per capita de Portugal entre os anos 1980 e 2014. 49
Figura 13 - Balança comercial portuguesa entre os anos de 1996 e 2018.....50
Figura 14 - Despesa primária em relação ao PIB em Portugal entre 1995 e 2017...50
Figura 15 - PIB português por setor entre 1995 e 2018. 51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da composição da *European Currency Unit* (ECU). 15
Tabela 2 - Taxa de crescimento econômico (PIB %) de países europeus entre os anos de 1987 e 1995.....16
Tabela 3 - Inflação (%) de países europeus entre os anos de 1987 e 1995. 17
Tabela 4 - Taxa de desemprego (%) de países europeus entre os anos de 1987 e 1995. 17
Tabela 5 - Taxa de crescimento econômico anual, desemprego e migração de trabalhadores na Alemanha entre 1990 e 1992. 46
Tabela 6 - Retrato sobre as contas públicas alemãs após o processo de unificação do país. 47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 6
CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA EUROPEIA 7
CAPÍTULO 2 – O INÍCIO DO SISTEMA MONETÁRIO EUROPEU 13
CAPÍTULO 3 – A ZONA DO EURO 22
CAPÍTULO 4 – AS CONSEQUÊNCIAS DA ZONA DO EURO 26
CAPÍTULO 5 – O FUTURO DA UNIÃO EUROPEIA 35
2 CONCLUSÕES 40
REFERÊNCIAS 42
APÊNDICES 45
APÊNDICE A – O PROCESSO DE REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA 45
APÊNDICE B – A DOENÇA HOLANDESA EM PORTUGAL 49

1 INTRODUÇÃO

O processo de unificação europeia passou por vários estágios para chegar no que existe hoje, não sendo um processo que ocorreu repentinamente. Desde a Primeira Guerra Mundial, esse assunto foi abordado por toda a Europa, pois um projeto continental era sonhado pelos países que a compõe. A ideia central era fazer do continente uma grande esfera econômica, organizada numa divisão internacional de trabalho, pleno emprego e prosperidade, integrados a criação de uma moeda única para os países pertencentes do modelo.

Os planos de associar os países europeus ganharam mais força após a Segunda Guerra Mundial, pois o continente precisava de mais união, visando evitar um novo confronto entre os países. No período pós-guerra, vários planos e pactos entre os países europeus foram acordados até chegar ao Tratado de Maastricht em 1992. Esse tratado é o plano central da União Europeia, o qual trata desde a construção de um mercado comum, passando pela livre mobilidade dos habitantes entre os países, chegando até a criação de um sistema monetário único para os países.

Tendo em vista uma união entre os países, a criação de um sistema monetário único começava a ser discutido. Para que a unificação ocorresse, algumas etapas deveriam ser transpostas, e determinadas regras também foram criadas para que a unificação ocorresse gradualmente. Os países teriam que abrir mão de suas soberanias com relação a políticas domésticas, a fim de chegar a um objetivo comum: a estabilidade macroeconômica de todo o bloco econômico.

O processo de formação da União Europeia passa pela criação da Zona do Euro, cujos efeitos foram sentidos antes mesmo de sua criação. Disso advém a importância de um agregado histórico para a discussão do tema.

Neste trabalho, será feita uma análise histórica sobre o tema apresentado, inserindo a importância política da unificação dos países europeus, transitando pelo período da criação do euro como moeda única, dando foco nos seus efeitos sobre a economia da Zona do euro como um todo, e passando também por problemas que podem ter sido potencializados com a criação da moeda única.

CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA EUROPEIA

Tudo começou no período da Primeira Guerra Mundial, com a criação do Comitê Interaliado dos transportes. Esse comitê teve sua origem com dois problemas devido à guerra. O primeiro deles era o dos transportes marítimos, no qual deviam ser controlados todos os navios pertencentes aos aliados e neutros, incluindo as suas características, os seus movimentos e seus carregamentos (FERREIRA, 2013).

Já o segundo era o reabastecimento de bens alimentares, carvão e equipamento militar dos países que faziam parte do grupo dos países aliados. Essa foi uma atitude forçada pela guerra, oriunda de uma necessidade de organização de políticas comuns, sendo configurada como uma espécie de “primeira versão” do que seria uma futura cooperação entre os países no após a Segunda Guerra Mundial (FERREIRA, 2013).

No ano de 1923, o conde austríaco Richard Coudenhove-Kalergi escreveu uma obra intitulada “Pan Europa”, na qual foi explanada sua ideia de um projeto continental europeu do tipo federal, utilizando os mesmos moldes de como ocorria dentro dos Estados Unidos e da Suíça. A extensão do seu projeto abrangia desde Portugal até a Polônia, excluindo a Rússia e a Grã-Bretanha de seu ideal de Europa Continental. Tal projeto foi deixado de lado por um tempo, já que, na época, os países estavam mais interessados em fortes alianças internacionais imediatas em relação a objetivos que estariam distantes de serem alcançados.

No entanto, em 1929, o plano do conde austríaco voltou a entrar em discussão, visando uma nova organização europeia, feita através de um sistema de alianças, conhecido como Plano Briand. Esse plano sucedeu do francês Aristide Briand, que propôs que se deve existir uma espécie de laço federal entre povos que se encontram agrupados, como no caso dos países da Europa (FERREIRA, 2013).

Portanto, com o Plano Briand, almejava-se uma união entre os povos, em que eles pudessem a todo o momento discutir seus interesses, estreitando relações e tomando decisões em comum acordo. Dessa maneira, objetivava-se uma solidariedade entre os povos do continente europeu para que eles pudessem enfrentar qualquer dificuldade juntos.

No período entre 1927 e 1929, situa-se um tempo que foi caracterizado pela assinatura de vários acordos comerciais, e, de uma maneira geral, os tratados foram especialmente colocados em torno de questões relacionadas a tarifas aduaneiras.

Porém, a crise de 1929 serviu para interromper o projeto que estava levando a uma cooperação econômica, principalmente na relação dos países com suas respectivas colônias (FERREIRA, 2013). Acreditava-se que, com o projeto de união, aconteceria um afrouxamento dos laços que prendiam alguns países às suas colônias. Isso era de grande preocupação, visto que naquela época os países dependiam muito da riqueza gerada pelas colônias, pois os países enfrentavam complicadas condições econômicas devido à guerra.

Com o começo da Segunda Guerra Mundial, surgiu a Nova Ordem Europeia. Com ela, desejava-se acabar com um modelo dito ultrapassado pelos alemães. Dessa forma, a ideia era de constituir uma grande esfera econômica, organizada numa divisão internacional de trabalho, juntamente com o uso de modernas tecnologias e comunicações visando o pleno emprego, prosperidade, uma moeda estável através de uma política de preços justos e, por fim, a segurança dos mercados (FERREIRA, 2013).

Nesse novo modelo, a Alemanha iria contribuir com sua força e gostaria de acabar com a divisão da Europa em pequenas nações, eliminando a necessidade de passaportes e vistos, e consequentemente facilitando o livre fluxo de pessoas. Uma ideia de Confederação Europeia surgiu em 1943, e o seu objetivo central era dar um destino comum aos povos europeus, assegurar o término das guerras civis entre eles e proteger os interesses continentais (GASPAR, 2011). Podem ser destacadas como as principais ideias para a Confederação Europeia:

- A economia europeia seria planejada em conjunto e com base nos interesses comuns e nacionais;
- Prosperidade material;
- Justiça social;
- Segurança social; e
- Desenvolvimento de recursos materiais e humanos na Europa.

Para que a Confederação Europeia obtivesse sucesso, algumas medidas seriam aplicadas. Uma delas era acabar com as barreiras do comércio, promovendo então, a eliminação das taxas aduaneiras, por exemplo. Porém, ainda existia uma preocupação com as áreas mais frágeis da economia, fazendo com que, desse modo, ainda ocorreria uma proteção, com o objetivo de protegê-las.

A infraestrutura europeia também seguia por mudanças no período que sucedeu a Primeira Guerra Mundial, fazendo com que um sistema intereuropeu de comunicações por caminhos de ferro, canais, autoestradas e rotas marítimas e aéreas fossem desenvolvidos de acordo com um plano comum dos países.

O plano europeu seguia os preceitos do que ocorria na época, ou seja, era um plano de ordem política e econômica. A Alemanha pretendia formar um mercado constituído por um bloco comercial e financeiro, em que o Marco, que era a moeda oficial da Alemanha na época, seria a moeda de reserva, e Viena e Berlim seriam as duas capitais financeiras do modelo.

A ideia de unificação europeia, chamada também de “Nova Ordem” não foi aceita por todos os países. O presidente dos Estados Unidos na época, Roosevelt, fez duras críticas ao sistema, ressaltando que a “Nova Ordem” só poderia ser imposta pelas bombas e pela tirania dos governos.

Em 1946, um discurso proferido pelo primeiro-ministro britânico Winston Churchill na Universidade de Zurich foi considerado como um dos primeiros passos seguindo a direção da integração europeia (UNIÃO EUROPEIA, 2013):

> Existe um remédio que [...], em poucos anos, poderia tornar toda a Europa [...] livre e [...] feliz. Trata-se de reconstruir a família europeia ou, pelo menos, a parte que nos for possível reconstituir e assegurar-lhe uma estrutura que lhe permita viver em paz, segurança e liberdade. Devemos criar uma espécie de Estados Unidos da Europa.

Apenas o início da Guerra Fria e a bipolarização das relações políticas se constituíam como uma espécie de incentivo para que os Estados Unidos participassem das questões da Europa. Dessa forma, em 1947, o país transformou-se em um incentivador da integração europeia, criando o Plano Marshall, que

objetivava a reconstrução dos países aliados da Europa após a Segunda Guerra Mundial (FERREIRA, 2013).

Nesse sentido, na época, a ideia de reconstrução da Europa começou a interessar os Estados Unidos, e seu plano teria a intenção de afastar as barreiras nacionais. No entanto, havia dois problemas centrais de interesse americano: o primeiro era que estava ocorrendo uma falta de alimentos e de bens diversos para a população europeia, o que poderia desencadear em uma crise crônica que afetaria as relações comerciais da Europa com os Estados Unidos; o segundo dizia respeito a um golpe comunista que seria empregado pela União Soviética, e que estaria se aproveitando da situação precária dos países para aumentar sua influência sobre eles.

Com o intuito então de recuperar a Europa, foi apresentado pelos Estados Unidos o Plano Marshall. Este plano continha um elemento muito interessante, que era um convite norte-americano para que os países europeus se reunissem para a criação de um plano de reconstrução, que seria financiado pelos Estados Unidos.

Dezesseis países se encontraram na cidade de Paris para negociar a implantação do Plano Marshall. Dentre eles, os países do Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo) estavam muito ligados à economia Alemã, e deste modo, dependiam muito do fortalecimento comercial do país. O livre comércio e a unidade da Europa eram aspectos fundamentais pelo plano norte americano (GARRIDO, 2007).

O Plano Marshall serviu como auxílio para reduzir a austeridade que os países tinham que lidar, e isso trouxe uma maior estabilidade para os seus integrantes. As relações comerciais criadas se fortaleceram e continuaram se desenvolvendo, em contrapartida à exclusão de países da Europa Oriental, o que evidenciou que o continente estava realmente dividido.

Em 1948 surgiu o Pacto de Bruxelas, que foi assinado na cidade de Bruxelas, na Bélgica. Os países que subscreveram foram: França, Reino Unido, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos. Levando em consideração os eventos ocorridos anteriormente, ressaltando as duas grandes guerras, em seu texto, o pacto tinha como objetivo a proteção mútua entre os países-membros.

A Alemanha já não era vista como uma ameaça, uma vez que seu potencial bélico foi reduzido após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, como punição, os

países que venceram a guerra impuseram restrições à sua indústria, como se desejassem que a Alemanha voltasse a ser um país de economia agrícola.

O Plano Marshall voltou a ser discutido novamente em 1948, com a criação da Organização para a Cooperação Econômica Europeia. Essa organização surgiu para continuar o trabalho de recuperação dos países europeus, e também visando supervisionar a distribuição de auxílios. No entanto, suas atividades foram reduzidas depois de 1952, devido ao fim do Plano Marshall (GARRIDO, 2007).

A primeira organização com traços supranacionais surgiu em 1951, com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que também foi conhecida como Tratado de Paris (FERREIRA, 2013). Essa organização foi subscrita pelos países pertencentes ao Benelux, França, Alemanha e Itália.

A Comunidade Europeia do Carvão e Aço atuava como uma associação de fins econômicos. Os países pertencentes ao acordo tinham acesso ao carvão e ao aço de determinadas regiões da Europa com o benefício de não pagar tributos (COSTA, 2017).

Em 1957, os mesmos países pertencentes à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço se reuniram em Roma para chegar a mais dois acordos: os Tratados de Roma. O primeiro tratado foi a Comunidade Econômica Europeia, e o segundo, a Comunidade Europeia para a Energia Atômica.

O acordo feito da Comunidade Econômica Europeia tinha como objetivos:

- Ampliação constante da economia, concorrência honesta e tráfego balanceado de bens;
- Dissolução das fronteiras intereuropeias;
- Equiparação das determinações legais dos países membros;
- Estabilidade e vínculo mais estreito entre países;
- Estabilidade financeira externa e interna;
- Garantia dos progressos nacionais e econômicos;
- Melhoria das condições de trabalho e de vida;
- Política comum para a agricultura, comércio e tráfego de veículos;
- Mercado comum em etapas;
- Promessa de liberdade e paz;
- Tráfego livre de bens, capitais, pessoas e serviços.

Em 1986, um importante evento surgiu: o Ato Único Europeu. Ele foi subscrito pelo Benelux, Espanha, Irlanda, Portugal, Alemanha e Reino Unido. Seu objetivo central era de dar mais força à construção da União Europeia, objetivando desenvolver o mercado único (COSTA, 2017).

Por fim, chega-se ao Tratado de Maastricht, também conhecido como Tratado da União Europeia. Ele foi subscrito em 1992, e o primeiro objetivo da comunidade econômica era realizar a construção do mercado comum. Além disso, pela primeira vez, a união política entre os países, no sentido de cooperação mútua, foi mencionada. Algumas mudanças importantes foram feitas por esse tratado, como por exemplo, a união econômica e monetária, a instituição de uma cidadania da União Europeia e a coesão econômica e social entre os países da União.

CAPÍTULO 2 – O INÍCIO DO SISTEMA MONETÁRIO EUROPEU

Para se entender o início do Sistema Monetário Europeu, primeiramente deve-se entender o que ocorria previamente a sua criação. Em 1944, foi estabelecido o Sistema Bretton Woods, nos Estados Unidos, onde 45 países tiveram presentes com o objetivo de reger de certa forma a política econômica mundial. A criação desse sistema teve como objetivo criar regras e instituições formais que ordenassem um sistema monetário internacional, superando as limitações dos sistemas anteriormente praticados (como por exemplo, o padrão-ouro), que vinham impondo ao comércio internacional e também as limitações com relação ao próprio funcionamento das economias domésticas (MARIANO et al., 2008).

O Sistema Bretton Woods buscava, assim, definir regras comuns de comportamento para os países participantes do acordo. De um lado, o acordo tinha o objetivo de ajudar os países a atingir níveis sustentados de crescimento econômico, já por outro, as nações deveriam abrir mão de boa parte de suas soberanias na tomada de decisões sobre suas políticas domésticas, com um objetivo comum: a estabilidade macroeconômica (MARIANO et al., 2008).

As moedas dos países membros passariam a estar diretamente ligadas com o dólar americano, podendo variar em um estreito limite de mais ou menos 1%. O dólar americano, por sua vez, estaria atrelado ao ouro. Para que o objetivo do sistema fosse cumprido, dois órgãos de supervisão estariam atuando: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Então, o dólar americano passou a ser uma moeda forte do sistema financeiro mundial, fazendo com que os países membros a utilizassem para conseguir financiar seus desequilíbrios advindos do comércio. Dessa forma, os países membros conseguiriam minimizar os custos que teriam na aquisição de várias moedas estrangeiras.

Chegando à segunda metade da década de 60, o Sistema Bretton Woods começou a passar por dificuldades decorrentes da degradação das finanças norte-americanas. Os Estados Unidos começaram a emitir uma grande quantidade de dólares para conseguir financiar seu déficit orçamentário (MARIANO et al., 2008).

Com o aumento da emissão de dólares, surgiu uma pressão no restante dos países membros do Sistema Bretton Woods. Como suas moedas estavam ligadas

ao dólar e deveriam manter seus câmbios fixos, foram levadas a emitir mais moeda também, acarretando em mais um problema além da crise econômica norte-americana, o aumento da pressão inflacionária. Uma degradação da conta corrente americana fez com que as importações sofressem um processo de crescimento mais rápido do que as exportações. Em determinado momento, chegou a um ponto em que a quantidade de dólares excedeu o estoque do ouro, levando os países a terem menos interesse a ter dólares em suas reservas.

No primeiro semestre de 1971 já era notada uma valorização de algumas moedas frente ao dólar. Nixon, que era presidente dos Estados Unidos, pôs um fim ao acordo de Bretton Woods e à conversão do dólar em ouro em agosto de 1972. Os mercados ficaram fechados durante uma semana após o anúncio do fim do Sistema, e quando abriu de volta, o dólar foi bastante desvalorizado, fazendo com que até mesmo os Bancos Centrais intervissem para ter um maior controle (DAMAS, 2017).

Com o fim do Sistema Bretton Woods, oito países europeus: Alemanha, Itália, Bélgica, França, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca e Irlanda; concordaram em manter suas paridades cambiais dentro de um limite, delimitado a 2,25% de flutuação para mais ou para menos. Esses países integraram a chamada Serpente Europeia. Alguns membros da Serpente tinham um mecanismo para conseguir depreciar seu câmbio: eles costumavam entrar e sair da Serpente para cumprir seus objetivos próprios, e, quando voltavam, assumiam seus compromissos de manter suas paridades dentro dos limites previamente estabelecidos pelo acordo.

No ano de 1979, os membros da comunidade europeia criaram o Sistema Monetário Europeu (SEM), com o objetivo de continuarem garantindo a credibilidade do compromisso com a Serpente europeia (DAMAS, 2017).

Junto com a criação do Sistema Monetário Europeu, um mecanismo de taxas cambiais foi constituído, o *European Exchange Rate Mechanism* (ERM) ou Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio (MTC), sendo que as taxas cambiais eram limitadas a 2,5% para mais ou menos. Nos casos em que os limites tanto para mais quanto para menos eram atingidos, os Bancos Centrais dos países eram obrigados a intervir, de modo que as paridades deveriam ser mantidas como o estabelecido no acordo.

Tabela 1 - Evolução da composição da *European Currency Unit* (ECU).

Moeda	Período		
	13 de março de 1979 a 16 de setembro de 1984	**17 de setembro de 1984 a 21 de setembro de 1989**	**21 de setembro de 1989 a 31 de dezembro de 1998**
Franco belga	9,64%	8,57%	8,18%
Marco alemão	32,98%	32,08%	31,96%
Krone dinamarquês	3,06%	2,69%	2,65%
Peseta espanhola	-	-	4,14%
Franco francês	19,83%	19,06%	20,32%
Libra esterlina	13,34%	14,98%	12,45%
Dracma grego	-	1,31%	0,44%
Libra irlandesa	1,15%	1,20%	1,09%
Lira italiana	9,49%	9,98%	7,84%
Franco luxemburguês	-	-	0,32%
Guilder holandês	10,51%	10,13%	9,98%
Escudo português	-	-	0,70%

Fonte: Adaptado de Damas (2017)

Assim que o Sistema Monetário Europeu foi criado, em 1979, criou-se também uma unidade de conta chamada *European Currency Unit* (ECU). Essa unidade representava uma cesta de moedas dos países participantes da Comunidade Europeia. Cada moeda tinha um peso na formação da ECU, que variava de acordo com a sua importância dentro do comércio da região e também com a evolução da União Europeia.

Os países da União Europeia tinham como objetivo se tornar mais unidos e deixar o passado beligerante e intolerante de lado. Mesmo com tais objetivos traçados, a integração comercial ainda era um problema para alguns países.

A integração sofria uma barreira, pois os países tinham como objetivo proteger suas indústrias locais, acarretando em barreiras alfandegárias informais. Não existia uma repulsa ao sonho unificador entre as nações, isso era bastante claro para os membros do incipiente clube europeu, mas defender a indústria local provendo vantagens especiais e subsídios em detrimento das indústrias de outros países-membros, por mais paradoxal que pudesse aparentar, não representava para alguns países um conflito ideológico ante a União Europeia (DAMAS, 2017).

No ano de 1986, foi estabelecido o *Single European Act* (SEA), cujo objetivo era o de ajudar a superar barreiras informais impostas para restringir o livre comércio entre as nações-membros da Comissão Europeia. O ato estabelecido ia contra uma onda protecionista informal que nascia no continente, mesmo que ainda estivesse em uma fase de concepção inicial de uma União Europeia livre de barreiras (DESCHAMPS, 2016).

Os países-membros da ERM precisavam manter suas paridades dentro de uma zona de flutuação, e, devido a isso, outros países também tiveram que aumentar suas taxas de juros para evitar que suas paridades rompessem os limites. A situação econômica de alguns países como o Reino Unido, Espanha, França e Itália, não demandavam um aperto monetário ou alta na taxa de juros. No entanto, caso as moedas desses países desejassem continuar na ERM e futuramente entrar para o clube do euro, teriam de defender suas paridades através do aumento de suas taxas de juros (COMUNIDADES EUROPEIAS, 2007).

Em 1991, o aperto monetário era o que menos precisavam países como França, Itália e Reino Unido, já que seus crescimentos foram baixos, de 1,0%, 1,5% e -1,4%, respectivamente. A Alemanha, todavia, crescia a um ritmo diferente, com taxas mais elevadas, e logo teve que adotar uma política monetária restritiva para combater o consequente aumento no nível geral de preços.

Tabela 2 - Taxa de crescimento econômico (PIB %) de países europeus entre os anos de 1987 e 1995.

					Ano				
Crescimento econômico (PIB %)	**1987**	**1988**	**1989**	**1990**	**1991**	**1992**	**1993**	**1994**	**1995**
França	2,5	4,6	4,2	2,6	1,0	1,4	-0,9	2,2	2,1
Alemanha	1,5	3,7	3,9	5,7	5,0	2,3	-0,8	2,6	1,8
Itália	3,2	4,2	3,4	2,1	1,5	0,8	-0,9	2,2	2,8
Espanha	5,7	5,3	5,0	3,8	2,5	0,9	-1,3	2,3	4,1
Reino Unido	4,6	5,0	2,2	0,8	-1,4	0,2	2,3	4,3	2,9

Fonte: Adaptado de Damas (2017)

Tabela 3 - Inflação (%) de países europeus entre os anos de 1987 e 1995.

	Ano								
Inflação (%)	**1987**	**1988**	**1989**	**1990**	**1991**	**1992**	**1993**	**1994**	**1995**
França	3,3	2,7	3,5	3,4	3,2	2,4	2,1	1,7	1,8
Alemanha	0,2	1,3	2,6	3,4	5,1	5,3	4,5	2,7	1,7
Itália	4,7	5,1	6,3	6,1	6,2	5,0	4,5	4,2	5,4
Espanha	5,2	4,8	6,8	6,7	5,9	7,1	4,6	4,7	4,7
Reino Unido	4,1	4,6	5,2	7,0	7,4	4,3	2,5	2,1	2,6

Fonte: Adaptado de Damas (2017)

Tabela 4 - Taxa de desemprego (%) de países europeus entre os anos de 1987 e 1995.

	Ano								
Taxa de desemprego (%)	**1987**	**1988**	**1989**	**1990**	**1991**	**1992**	**1993**	**1994**	**1995**
França	10,5	10,0	9,4	9,0	9,5	9,9	11,1	11,7	11,2
Alemanha	7,9	7,8	6,8	6,2	5,5	5,8	6,9	7,4	7,1
Itália	9,6	9,7	9,7	8,9	8,5	8,8	9,8	10,6	11,2
Espanha	20,2	19,2	17,2	16,2	16,5	18,4	22,6	24,1	22,9
Reino Unido	10,6	8,8	7,3	7,0	8,6	9,8	10,4	9,7	8,7

Fonte: Adaptado de Damas (2017)

Mesmo havendo várias diferenças entre os ciclos econômicos desses países, o choque macroeconômico assimétrico da reunificação alemã causou efeitos na Europa como um todo. A reunificação fez com que os países membros da ERM fossem obrigados a defender suas paridades cambiais, sob pena de serem expulsos do sistema, e isso levou a um efeito contracionista nos demais países (DAMAS, 2017).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 3, fica claro o impacto contracionista que o aperto monetário teve sobre os países membros do ERM. Durante o período de 1990 a 1993, os países continuaram com altas taxas de desemprego, com destaque à Espanha e Reino Unido, em que esses níveis aumentaram de forma mais significativa. França e Itália também tiveram um aumento, só que em níveis mais baixos.

A reunificação alemã, ocorrida em 1990, e a resposta que a Alemanha deu para enfrentar os impactos expansionistas e inflacionários desencadeados pela união já deveriam ter sido um exemplo claro que os países participantes da ERM, potenciais membros da Zona do Euro, não estavam livres de choques

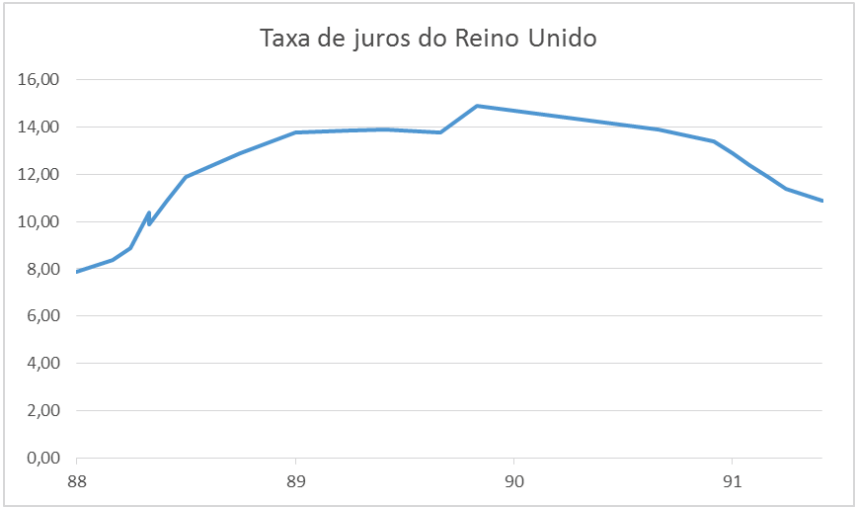
macroeconômicos assimétricos. Para saber mais sobre o processo de reunificação da Alemanha, ver o Apêndice A, na página 42.

No momento em que o Reino Unido optou pela entrada da libra esterlina no ERM, em 1990, a banda de flutuação foi estabelecida em 6% para mais ou para menos, ao redor da paridade central de 2,95 DM/ £. Diante do aumento das taxas de juros na Alemanha e a rejeição do Tratado de Maastricht pelos dinamarqueses, tanto a libra esterlina quanto a peseta espanhola e o franco francês começaram a sofrer pressões vendedoras, passando a ser transacionadas no limite inferior da banda (DAMAS, 2017).

A partir de 1991, os líderes das nações-membros da EC chegaram a um tratado fundamental para a constituição da união monetária europeia. Era o começo do Tratado de Maastrich, o qual foi assinado na cidade holandesa que deu nome ao tratado. Neste tratado, ocorreu uma unificação dos tratados de Roma, Paris e o *Single European Act*, criando uma união mais estreita (COSTA, 2017).

O Reino Unido enfrentava sua pior recessão desde a Segunda Guerra Mundial. Elevar as taxas de juros drasticamente para defender sua moeda e manter-se em um regime cambial que ainda estava em seu começo eram rejeitados pela população, e isso formava um cenário de ataque à moeda do Reino Unido. Então, no final da década de 1980, o Reino Unido aumentou suas taxas de juros drasticamente, alcançando a marca de 15%.

Figura 1 - Taxa de juros (%) do Reino Unido entre os anos de 1988 e 1991.



Fonte: Bank of England (2018)

Em setembro de 1992, mesmo com os esforços empreendidos pelo *Bundesbank* e pelo *Bank of England* no sentido de intervir no mercado e conter a depreciação da libra esterlina, a moeda do Reino Unido abandonou o ERM juntamente com a lira italiana. Então, a moeda italiana voltou a fazer parte do ERM em 1996, quando a banda de flutuação para todas as moedas-membros foi alterada para 15% para mais ou para menos da paridade central.

O objetivo inicial da EC foi estendido, e a constituição de um mercado comum europeu seguiu adiante. O tratado de Maastricht promoveu a mudança da denominação oficial da EC para EU (*European Union*). Esse termo de “União” estava ganhando uma grande importância logo no início do tratado, indicando que um avanço histórico do projeto europeu estava acontecendo.

Logo no primeiro artigo do Tratado da União Europeia ficou claro o avanço do processo de unificação, pois dizia que “Este tratado Marca uma nova etapa no processo de criação de uma união mais estreita entre a população europeia [...]” (JORNAL DA UNIAO EUROPEIA, 2016)

Dentre os objetivos do Tratado da União Europeia, podem ser destacados como os principais:

- Colocar a comunidade europeia em uma nova dimensão de aproximação e união, introduzindo e formalizando conceitos de cidadania europeia, políticas econômicas comuns entre os membros e a própria união econômica e monetária de competência supranacional;
- Estabelecer a cooperação entre nações-membros quanto à política de segurança e de relações exteriores conhecidas como *Common Foreign and Security Policy* (CFSP);
- Estabelecer a cooperação judicial intragovernamental em assuntos criminais conhecidos como *Justice and Home Affairs* (JHA).
- A instituição da cidadania europeia também chamada de *Citizenship of the Union*;
- A União Monetária Europeia e a introdução de sua correspondente moeda, o euro.

Dessa forma, o euro surgiu como uma alternativa de moeda comum aos países da União Europeia. O seu lançamento ocorreria em três fases:

- Fase 1 – De 1990 a 31 de dezembro de 1993 – Todas as restrições à livre movimentação de capitais entre as nações-membros deveriam ser abolidas;
- Fase 2 – De 1º de janeiro de 1994 a 1º de janeiro de 1999 – Todos os países-membros deveriam coordenar suas políticas econômicas de modo a atingir seus objetivos comuns, que foram quantitativamente estabelecidos, e conhecidos como critérios de convergência e procedimentos a serem estabelecidos em relação às contas públicas, como estabelecido nos protocolos 12 e 13 do Tratado da União Europeia:
    - O déficit fiscal dos países-membros não poderia exceder 3% do PIB;
    - A dívida pública deveria ser limitada a 60% do PIB;
    - O nível de inflação dos países-membros não poderia ser superior a 1,5% da média dos três países com melhor desempenho em termos de estabilidade de preços;
    - A taxa de juros de longo prazo (10 anos) dos países-membros não poderia ser superior a 2% da média dos três países com melhor desempenho em termos de estabilidade de preços.
- Fase 3 – De 1º de janeiro de 1999 a 1º de janeiro de 2002 – Lançamento do euro.

O estabelecimento do Banco Central Europeu (*European Central Bank*) promoveu a fixação das paridades cambiais imutavelmente e a introdução da moeda única. A Zona do Euro iniciou com a participação de 11 países-membros: Espanha, Portugal, Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Alemanha, Áustria, Irlanda e Finlândia. No ano de 2002, as antigas moedas dos países-membros da Zona do Euro foram então substituídas fisicamente pela nova moeda (COSTA, 2017).

Um Pacto de Estabilidade e Crescimento foi adotado por países potenciais membros da Zona do Euro em 1997, e o objetivo primordial era fazer cumprir a diretriz orçamentária estabelecida pelo Tratado de Maastricht após a decisão de adotar o euro como sua moeda única. A Alemanha era a principal defensora desse novo arranjo institucional, e os países que aderiram aos critérios do Tratado de Maastricht precisavam se comprometer, após a união monetária, a não embarcarem em um expansionismo fiscal irresponsável (DAMAS, 2017).

Após a criação da Zona do Euro, a política monetária passaria às mãos do Banco Central Europeu, que procuraria defender a nova moeda, de forma que controlaria o nível inflacionário da região. Porém, as políticas fiscais de cada país-membro continuariam a cargo dos mesmos.

A Alemanha, que tradicionalmente era mais cautelosa quanto à evolução do nível de preços, buscava formalizar o compromisso dos membros que não adotariam políticas fiscais irresponsavelmente expansionistas, e que de fato pudessem ter algum efeito sobre o controle inflacionário praticado e a postura cautelosa e vigilante do Banco Central Europeu no controle da inflação (CARLOTA, 2018).

Depois de certo período de tempo, o Pacto de Estabilidade mudou para Pacto de Estabilidade e Crescimento. Essa mudança foi sugerida pela França, e a inclusão do termo crescimento deixava o pacto não apenas com uma preocupação monetária, mas sim econômica. De certa maneira, queria dizer que efeitos na economia real devido a eventuais descuidos ou comportamentos fiscais poderiam resultar em uma queda de bem-estar social e uma queda também no crescimento econômico de toda a região (MARINHEIRO, 2018).

Como visto anteriormente, os países-membros da Zona do euro teriam de manter seus déficits fiscais abaixo de 3% do PIB e a dívida pública abaixo de 60% do PIB. Se algum país quebrasse esses limites por três anos consecutivos, estaria ele sujeito a uma penalidade de 0,5% do seu PIB, a ser imposta pela Comissão Europeia.

Os primeiros países a falharem nessa diretriz de controle de gastos foram a Alemanha e a França, entre os anos de 2002 e 2005. Suas economias ficaram estagnadas durante esse período, pois suas receitas fiscais despencaram, enquanto os gastos públicos com seguro-desemprego e benefícios sociais aumentaram consideravelmente, levando ambos os países a estourarem seus limites orçamentários. A Comissão Europeia decidiu não punir os dois países, já que a quebra do limite orçamentário poderia ter sido reflexo de um menor crescimento econômico e não de um aumento expressivo dos gastos fiscais. A falta de uma postura mais rígida em relação às principais economias da Zona do Euro certamente enfraqueceu o ímpeto disciplinar que o Pacto de Estabilidade e Crescimento tanto preconizava (COSTA, 2017).

CAPÍTULO 3 – A ZONA DO EURO

Através do Tratado da União Europeia, em 1992, foi decidida a introdução de uma moeda europeia única, o euro. A partir de 1994, os países-membros deveriam coordenar sua política econômica para alcançar determinados objetivos caso desejassem entrar na zona do euro. Nesse sentido, cada país deveria garantir que sua integração na área do euro não representaria riscos econômicos para o próprio país ou para a área do euro como um todo. (JORNAL OFICIAL DA UNIAO EUROPEIA, 2006)

Existem quatro critérios de convergência econômica, que são condições econômicas que ajudam a garantir que um país pode integrar o regime monetário da área do euro. São eles:

- Estabilidade dos preços, em que a taxa de inflação não pode exceder em mais de 1,5% as taxas dos três Estados-Membros com melhores resultados;
- Finanças públicas sólidas e sustentáveis, de modo que o déficit orçamentário não pode exceder 3% do PIB e a dívida pública não pode ultrapassar 60% do PIB;
- Estabilidade das taxas de câmbio, de modo que o país candidato deve participar do mecanismo de taxas de câmbio por pelo menos 2 anos, e sua taxa de câmbio não pode registrar grandes desvios;
- Taxas de juro em longo prazo, as quais não podem exceder em mais de 2% as taxas dos três Estados-Membros com melhores resultados em termos de estabilidade de preço.

O euro foi lançado de forma oficial somente em 1999, só que nos seus três primeiros anos foi uma moeda invisível, ou seja, apenas utilizada para fins contabilísticos. No entanto, em janeiro de 2002, o euro entrou em circulação com notas e moedas, substituindo as notas e moedas nacionais existentes em cada um dos países-membros (BCE, 2007).

Atualmente, os países que fazem parte da zona do euro são: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Holanda, Portugal, Grécia e Espanha.

Mas por que essas nações, que são tão diferentes em diversos aspectos: sejam em seus tamanhos, níveis de desenvolvimento, ciclos econômicos, culturas e

línguas; deixariam de lado suas próprias políticas cambiais e monetárias para se juntarem em um regime de união monetária?

Para responder a esse questionamento, devemos analisar os aspectos que circundam o regime de união monetária. Nesse sentido, para que a união monetária ocorra, deve haver condições para que essa área seja ótima para todos os seus membros. Para isso, é necessário que os membros desse regime monetário tenham características semelhantes, como: mesmas flexibilidades trabalhistas, fiscais, tributárias, além de terem uma livre mobilidade de mão de obra, ou seja, é preciso que tenham mecanismos implantados capazes de absorver choques econômicos. Isso pode explicar o motivo que a criação da moeda única é a última etapa da união econômica, uma vez que previamente à sua criação, diversos ajustes em cada país membro se fazem necessários (UNIÃO EUROPEIA, 2017).

A união monetária traz benefícios aos países que a adota, como maior eficiência, integração econômica e menores custos transacionais. Além disso, em casos em que, mesmo que os membros da união estejam em ciclos econômicos semelhantes e passando por dificuldades, a ideia é que os países possam se ajudar. Há a possibilidade de transferências orçamentais de regiões que estejam passando por uma melhor fase conjuntural para outros membros da união, que estejam em dificuldades (DAMAS, 2017).

No entanto, há problemas dentro da União Europeia devido à mobilidade dos trabalhadores, pois ela pode não ocorrer como deveria, enfrentando dificuldades devido a diferenças culturais e linguísticas. Isso não deveria ocorrer, mas é observado nos países europeus (JUNCKER, 2015).

Como exemplo, podemos utilizar o caso dos Estados Unidos. Lá, se um trabalhador nova-iorquino perde seu emprego, ele pode migrar para outro estado que esteja em condições melhores, e seu bem-estar pode não ser muito afetado. Na União Europeia, no entanto, se um trabalhador grego perde seu emprego, ele tende a querer se mudar para um país que esteja em melhores condições. Todavia, as diferenças culturais e o idioma se constituem em uma barreira para que isso de fato ocorra.

Fica implícito que as barreiras culturais são mais agravadas no continente europeu do que nos Estados Unidos. É importante analisar também que diferentes ciclos econômicos experimentados por essas regiões tornam a adoção de uma única

política monetária adequada para todos os membros uma tarefa praticamente impraticável.

Pode-se explicar esse cenário de políticas monetárias, cambiais e fiscais com um exemplo: imagine que Alemanha, Itália e França estejam passando por um momento de baixo crescimento econômico e beirando a deflação. Nesse cenário, esses países desejariam uma política monetária mais expansionista, com menores taxas de juros, sendo essa uma política mais viável para o momento. Já outros países, como Espanha e Portugal, estariam passando por um período de crescimento econômico e pressões inflacionárias, e uma política expansionista com baixa taxa de juros só levaria os países a piorar este cenário (COIMBRA, 2001),

Ao contrário do que seria em condições ideais, observa-se que os países da chamada Zona do Euro não compõem de fato uma área monetária ótima, pois para ser ótima deveria ser adequada a todos os países membros. Isso nos leva ao questionamento de que, mesmo sabendo desses possíveis problemas, o que levou os países a adotarem essa união monetária? Pode-se explicar o mesmo como uma etapa avançada de um incrível projeto político, que começou a ser realmente executado logo após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Como explicado no Capítulo 1 deste trabalho, após as duas guerras, reinava uma convicção geral entre os países na Europa, de que era preciso evitar com todas as forças possíveis um novo confronto entre os países do continente europeu. Conforme Damas (2017):

> Mas como a paz poderia ser implementada e garantida na Europa? Por meio de união e de um sistema de cooperação entre seus membros. Para esse fim, uma miríade de acordos pós-guerra foi estabelecida paulatinamente, objetivando um novo ideal que pode ser resumido por uma expressão comumente utilizada em 1945: *never again*.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, os países de todo o continente europeu ainda estavam assustados com a guerra, já que milhões de pessoas morreram nos conflitos. A partir disso, os esforços da comunidade foram em prol de um novo ideal de unificação e paz do continente.

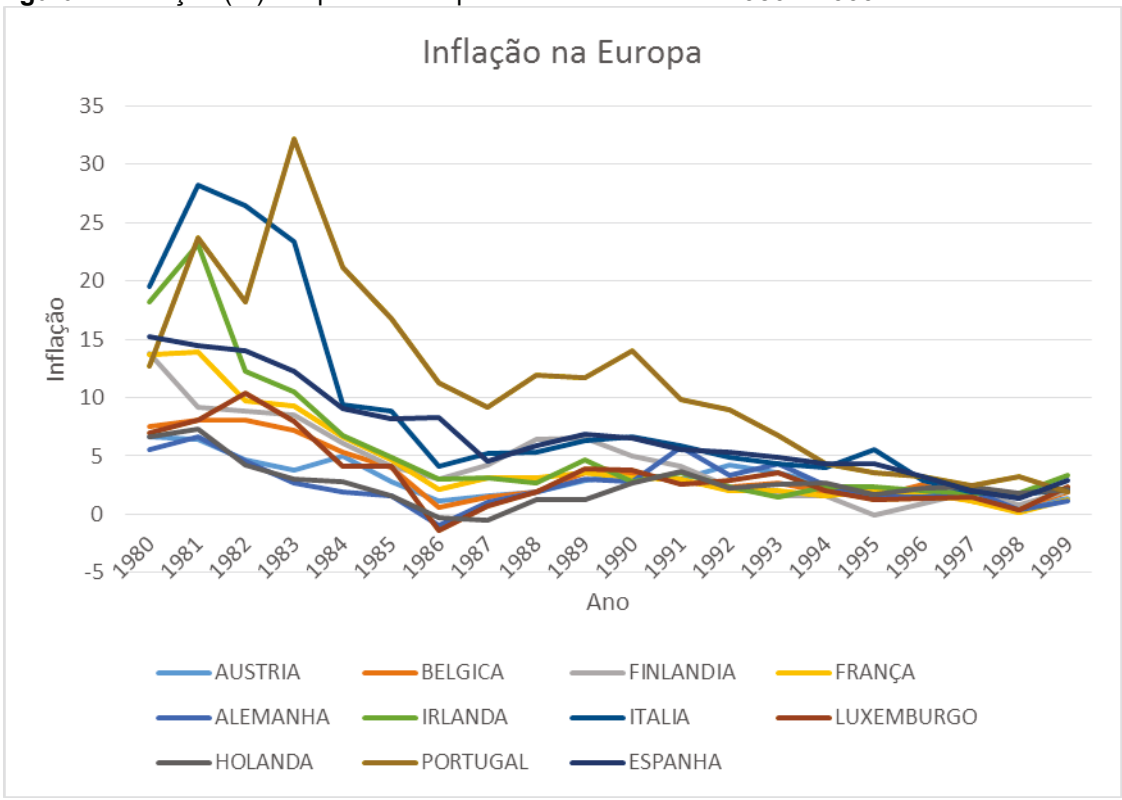
Foi por esses motivos destacados que, possivelmente, a implementação da zona de moeda única dentro da Europa foi acelerada, com os países mais preocupados com o bem geral do que com pensamentos que visassem maximizar seus próprios interesses. O que pode não estar ocorrendo atualmente, em que os países estão passando por situações delicadas de crises, passando a rever essas conquistas que tiveram juntos.

CAPÍTULO 4 – AS CONSEQUÊNCIAS DA ZONA DO EURO

O motivo primordial da união dos estados era político e pacifista no pós-Segunda Guerra Mundial. A união econômica e monetária da Europa não deixava de ser um meio para que a formação de uma única nação fosse concebida. O alinhamento das paridades cambiais em bandas de flutuação permitiu que países-membros que ainda sofriam com altos níveis inflacionários fizessem o uso da credibilidade do *Bundesbank*, o banco mais forte da Europa.

Como as paridades cambiais e bandas de flutuação eram estreitas, as políticas monetárias dos países-membros deveriam seguir quase que o mesmo rumo. Tal mecanismo fez com que a maioria dos países membros importasse a credibilidade e a política monetária do *Bundesbank*, o que de fato contribuiu para uma expressiva convergência dos níveis de inflação entre os países (DAMAS, 2017).

Figura 2 - Inflação (%) em países europeus entre os anos de 1980 e 1999.



Fonte: Adaptado de Trading Economics (2018)

Em 1999, quando finalmente a Zona do Euro foi estabelecida, existia um enorme consenso, entre os países membros e a comunidade internacional, de que havia se estabelecido uma união monetária bastante madura e uma área monetária ótima. Uma única política monetária serviria a todos os membros e os desbalanceamentos externos não seriam tratados como uma fragilidade externa, onde todos os países faziam parte de uma união formal, sustentadas por instituições e sem arcabouços democráticos que já teriam sido discutidos anteriormente.

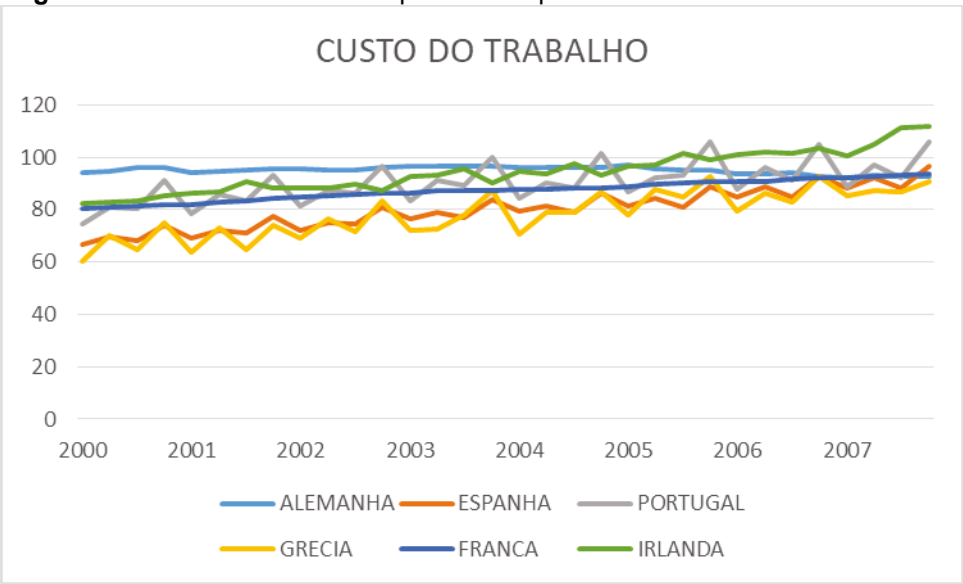
As dúvidas ficariam acerca de como excessivos déficits em conta corrente seriam financiados. A expectativa era de que os próprios países membros estariam dispostos a isso, ignorando a possibilidade do risco de esses países transformarem suas dívidas em bolas de neve (COSTA, 2017).

Os desbalanceamentos externos refletiram políticas econômicas apenas nos países que as praticava, não chegando aos demais membros. Quando o *European Central Bank* passou a comandar a política monetária em 1999, certamente levou em consideração as condições macroeconômicas dos maiores países da União, em especial a Alemanha.

Com o decréscimo nas taxas de juros, o custo unitário do trabalho em países que experimentavam uma política monetária mais restritiva subiu apenas de acordo com a produtividade do trabalhador. Consequentemente, com taxas reais de juros baixas, aumento de consumo e forte crescimento econômico, o custo unitário do trabalho em alguns países subiu além de suas produtividades. Enquanto o custo do trabalho subiu na Espanha e Irlanda, na Alemanha ocorreu o processo inverso, dada a restrição da política monetária no país (DAMAS, 2017).

Essa política monetária relativamente restritiva para a Alemanha e expansionista para os países periféricos (como Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda), além de resultar em aumentos no custo do trabalho entre os países, também levou a uma apreciação cambial nos países periféricos, e uma apreciação cambial efetiva na Alemanha. Na Figura 3 são apresentados dados referentes ao custo do trabalho em países da União Europeia entre os anos de 2000 e 2007.

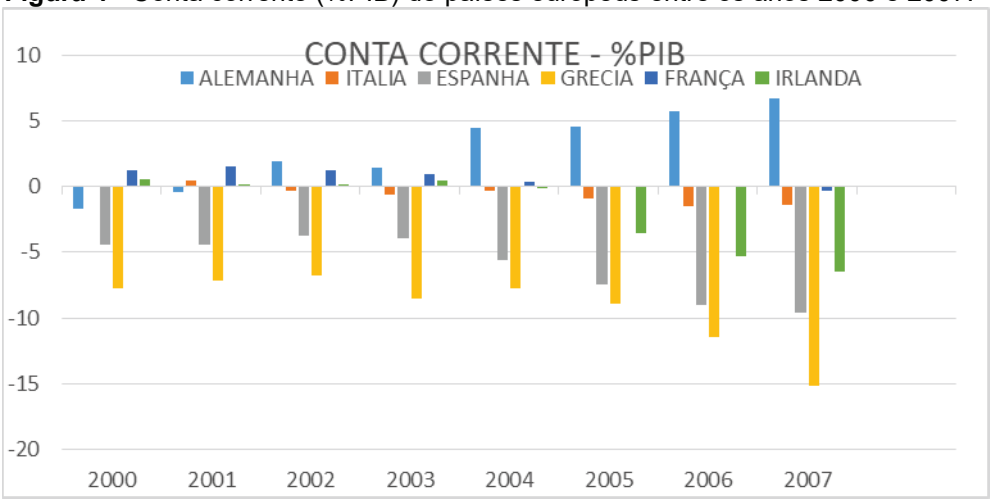
Figura 3 - Custo do trabalho em países europeus entre os anos 2000 e 2007.



Fonte: Adaptado de Trading Economics (2018)

Como consequência automática dessa política monetária única para países distintos em termos de flexibilidade trabalhista e ciclos econômicos, a Alemanha passou a apresentar superávits em conta corrente cada vez maiores, enquanto os países periféricos, déficits cada vez mais elevados, aumentando o desbalanceamento externo entre os principais países-membros da Zona do Euro. Isso pode ser evidenciado pelos dados apresentados na Figura 4.

Figura 4 - Conta corrente (%PIB) de países europeus entre os anos 2000 e 2007.



Fonte: Adaptado de Trading Economics (2018)

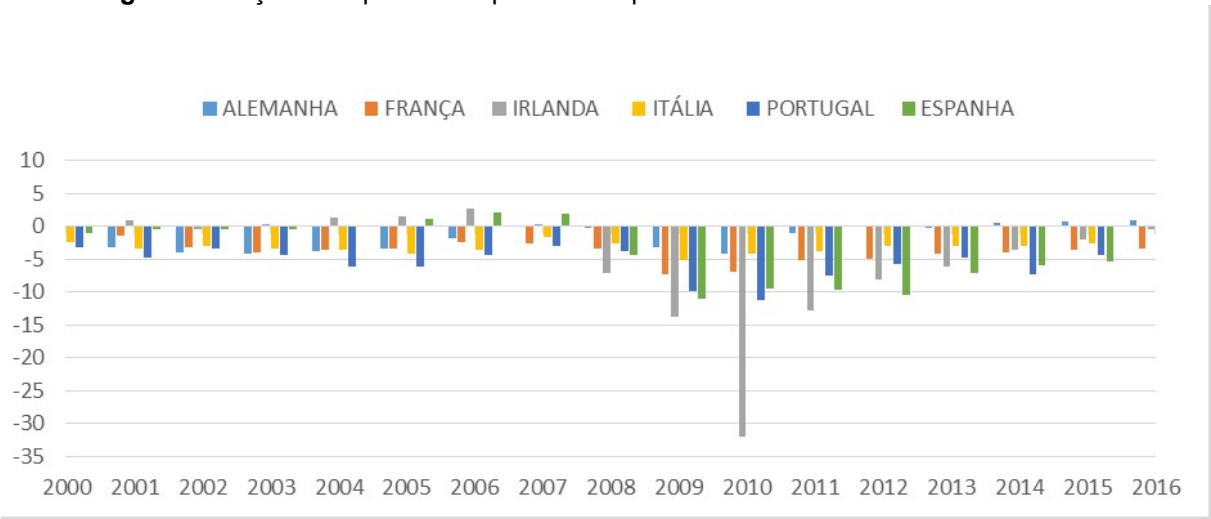
Para Alphandéry (2003), a Zona do Euro apresenta falhas que a diferenciam de um caso-padrão de unificação monetária e área monetária ótima, como, por exemplo, a dos Estados Unidos, já que algumas dessas falhas ou diferenças impedem que a unificação monetária europeia venha a ser um caso de sucesso até mesmo no médio prazo. De acordo com Alphandéry (2003, p. 13):

> Na Zona do euro, os estados-membros ainda retém algum tipo de soberania fiscal. Por serem responsáveis por suas próprias políticas fiscais domésticas, dada a ausência de uma instituição supranacional que coordene as políticas fiscais deles, a possibilidade de novos desequilíbrios macroeconômicos induzidos por gastos fiscais excessivos pode levar a zona do euro a uma nova dimensão de crise, bem maior do que a existente. Apesar de o Tratado de Maastricht (1992) e do Pacto de Estabilidade e Crescimento (1997) terem tentado impor restrições nos orçamentos fiscais dos Estados-membros em 3% do PIB, eles têm sido constantemente violados desde a sua concepção. É difícil acreditar que a disciplina fiscal entre esses Estados será atingida com pactos intragovernamentais e tratados que dificilmente serão cumpridos, e muitas vezes apenas posterga a clara necessidade de se estabelecer uma federação dos Estados europeus com mínima soberania fiscal individual.
>
> Outra força que contribui para a desestabilização da Zona do euro é a relação existente entre o mercado de títulos soberanos, o sistema bancário e a união monetária. Diferentemente dos Estados Unidos, quando a Zona do euro foi estabelecida, os agentes econômicos consideravam que os riscos dos títulos soberanos dos próprios países-membros eram absolutamente indiferentes. A percepção de que havia uma “garantia implícita solidaria” em relação às dívidas soberanas não encontra respaldo formal em nenhuma cláusula do Tratado de Maastricht. A diferença de prêmio de risco entre os títulos soberanos dos Estados-membros e os títulos da Alemanha praticamente desapareceu após a união monetária, o que certamente acabou por alimentar o expansionismo fiscal de alguns países periféricos e a deterioração de suas contas públicas. Quando a crise financeira atingiu a Zona do Euro, os agentes financeiros finalmente perceberam que a garantia solidária imaginária realmente não existia, fazendo com que os *spreads* entre títulos soberanos abrissem.
>
> A regulamentação do setor bancário europeu em relação ao mercado de dívida soberana acabou exacerbando o contágio da crise na Zona do Euro para outros países-membros. O link existente entre o mercado de dívida soberana e o sistema financeiro é muito mais pronunciado na Zona do euro do que nos Estados Unidos. Enquanto nos Estados Unidos as instituições financeiras diferenciam o risco de cada título emitido por cada Estado americano, alocando a parcela de capital regulatório correspondente a eles, como qualquer outro ativo, na Zona do euro a ilusão dessa garantia implícita era reforçada pela própria regulamentação local bancária, que não exigia que as instituições financeiras alocassem nenhuma parcela de capital, mesmo que o banco carregasse em seus balanços títulos soberanos da Grécia, da Alemanha ou da Irlanda. Dessa forma, o acúmulo de títulos soberanos pelos bancos, apesar da evidente diferenciação e percepção de risco era ancorado pela regulamentação local e indiferente em relação a alocação de risco. Não deixa de causar estranhamento, portanto, quando a

> crise atingiu a Zona do euro, com o efeito desestabilizador desencadeado nos balanços dos bancos europeus principalmente após o estouro das bolhas de ativos imobiliários na Irlanda e na Espanha.

Poderia-se culpar o expansionismo fiscal dos países periféricos por terem sido favoráveis à tentação da entrada de recursos quase que infinitos, e consequentemente serem levados a um desequilíbrio fiscal. Até 2007, nenhum país da Zona do Euro havia enfrentado uma situação de extremo desequilíbrio fiscal. A crise econômica de 2008 também trouxe consequências a Zona do Euro, conforme os dados apresentados no gráfico da Figura 5.

Figura 5 - Orçamento público de países europeus entre os anos 2000 e 2016.



Fonte: Adaptado de Trading Economics (2018)

Apesar de Alemanha e França terem apresentado déficits superiores a 3% já em 2001 e 2002, respectivamente, os mesmos não haviam aderido a um expansionismo fiscal irresponsável, mas passavam por um baixo crescimento econômico que limitava o aumento da receita governamental.

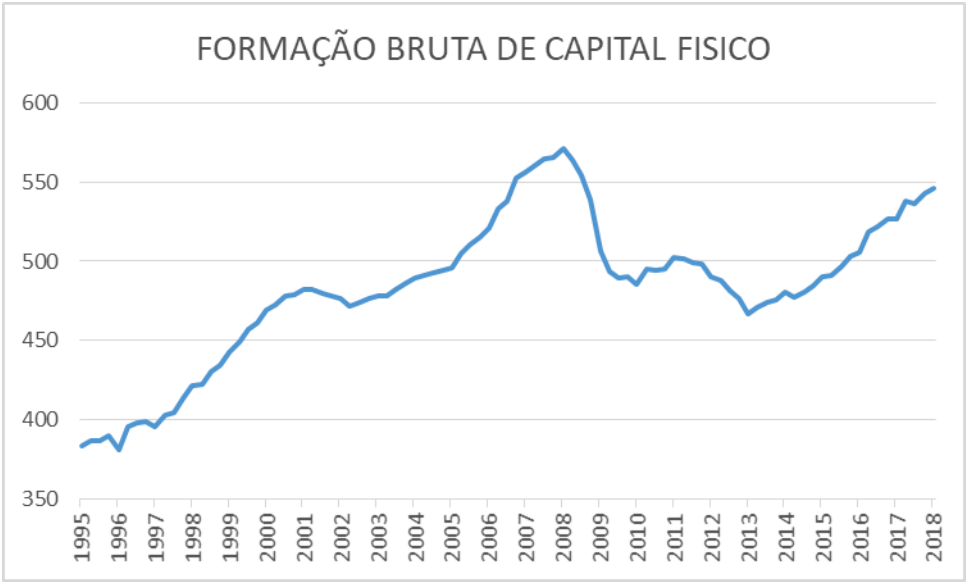
Os balanços fiscais dos países periféricos se deterioraram consideravelmente após 2007, dada a queda do nível de atividade econômica. Espanha e Irlanda experimentaram um crescimento excessivo nos preços dos ativos imobiliários, os bancos locais financiaram essa expansão com os mesmos ativos em garantia dos

empréstimos para novas construções, e quando a bolha estourou, acabou afetando a saúde do sistema financeiro como um todo (DAMAS, 2017).

Para evitar uma crise maior, os governos precisaram intervir para socorrer o sistema financeiro. O meio utilizado foi transferir, em partes, as quebras que as instituições estavam sofrendo, e isso foi bancado pelos próprios governos, o que levou a uma explosão dos déficits fiscais após 2008.

Com a Figura 6, em que é apresentado um gráfico que retrata a formação bruta de capital fixo, é possível entender a dinâmica da formação a partir da criação da Zona do Euro. Esse indicador é importante, pois ele mede o quanto as empresas aumentaram seus investimentos em capital fixo, ou seja, quanto foi investido para adquirir bens que produzam outros bens. A capacidade de produção na União Europeia aumentou desde a década de 90, só havendo um declínio após a crise econômica de 2008.

Figura 6 - Formação bruta de capital físico na Zona do Euro entre os anos de 1995 e 2018.

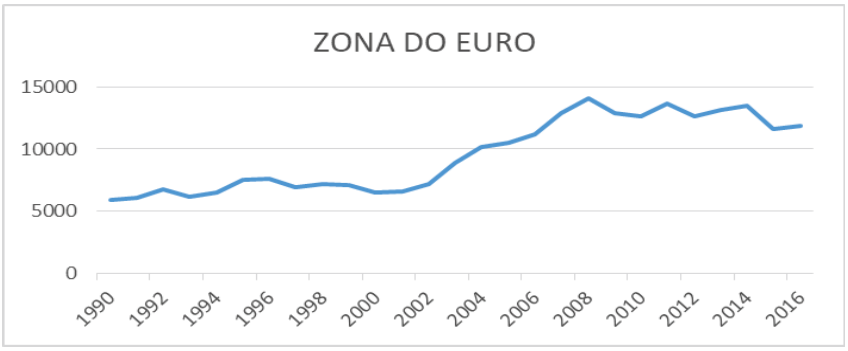


Fonte: Adaptado de Trading Economicst (2018)

Na Figura 7 é apresentado um gráfico do PIB dos países integrantes da Zona do Euro entre os anos de 1990 e 2016. Através de sua análise, é possível destacar o avanço após a criação da moeda única, com uma crescente evolução até 2008, sendo que essa evolução também pode ser acompanhada no próximo gráfico com o

PIB *per capita*. As relações entre os países aumentaram juntamente com as trocas comerciais, e a apreciação do câmbio também estimulou a economia na Zona do Euro como um todo. A prosperidade econômica pegou a todos nesse primeiro momento.

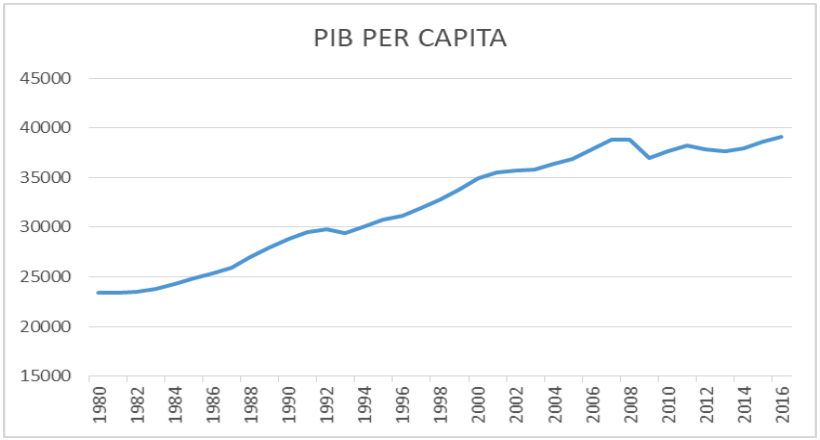
Figura 7 - PIB em milhares de euros da Zona do Euro entre os anos de 1990 e 2016.



Fonte: Adaptado de Trading Economicst (2018)

Na Figura 8 é apresentado um gráfico que demonstra o PIB per capita dos países da Zona do Euro entre os anos de 1980 e 2016. Através dela, pode-se analisar a qualidade de vida dos habitantes. Percebe-se que ela tende a crescer ao longo do tempo também. Ou seja, os trabalhadores estão produzindo mais, o que por sua vez faz com que consigam adquirir mais produtos. É válido lembrar também que nessa medida não se considera as desigualdades de renda dentro da sociedade. Outro ponto importante é a discussão a respeito da industrialização, que será feita à frente.

Figura 8 - PIB per capita dos países da Zona do Euro entre os anos de 1980 e 2016.



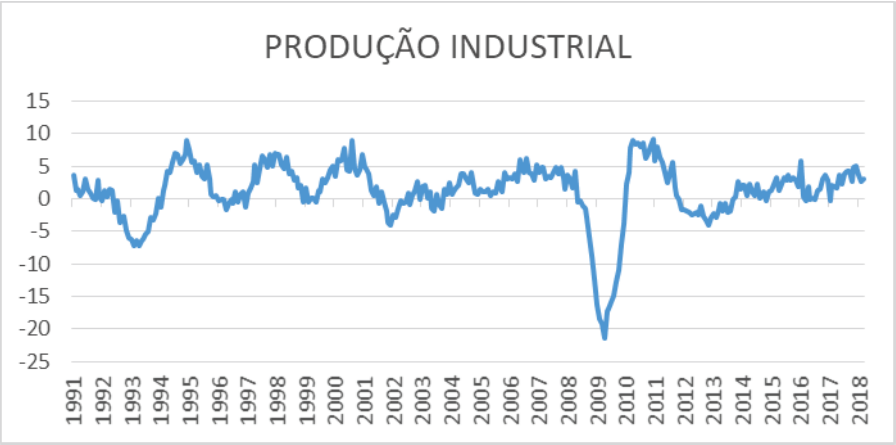
Fonte: Adaptado de Trading Economicst (2018)

Até a crise, o crescimento no PIB per capita dos países membros vinha aumentando consideravelmente, acompanhados obviamente de grandes potências, como a Alemanha, e a rápida integração entre eles, tornando-os parceiros comerciais importantes. Os altos endividamentos públicos insustentáveis de muitos países e seus arranjos financeiros explodiram na crise em 2008, levando a consequências em toda a Europa.

O uso de crédito bancário geraram desequilíbrios financeiros e econômicos por parte de países como Itália e Espanha que atraiam mais esse tipo de investimento. Esse fluxo foi muito alto até 2008 com a crise. A falta de flutuação cambial com a moeda única trazia riscos para o investidor estrangeiro e a própria população europeia. A dúvida perante a adoção da moeda única e a dificuldade em crescer a produção em longo prazo podem demonstrar um papel desnecessário do euro (OTERO-IGLESIAS, 2015).

O processo de produção industrial também traz influências sobre o período do pós Zona do Euro, e o que se identifica são ciclos mais ou menos favoráveis à produção industrial. Isso está retratado no gráfico da Figura 9.

Figura 9 - Produção industrial da Zona do Euro entre os anos de 1991 e 2018.



Fonte: Adaptado de Trading Economicst (2018)

Depois dos anos 2000, essa variação pode ser explicada pela chamada Doença Holandesa, em que o câmbio apreciado pode fazer com que melhore as exportações de bens que não precisam necessariamente ser industrializados, ou seja, mais baratos para produzir. A exportação de *commodities*, ou bens primários, faz com que não ocorra um encorajamento para industrializar, já que esse tipo de comércio no curto prazo é mais vantajoso (PEREIRA et al., 2010). Para entender mais sobre o processo da Doença Holandesa, acompanhar o Apêndice B, na página 46.

CAPÍTULO 5 – O FUTURO DA UNIÃO EUROPEIA

A possibilidade da quebra da Zona do Euro já deve ter sido fortemente considerada e debatida. Novas moedas implicariam em políticas monetárias independentes e o ressurgimento de bancos centrais com total falta de credibilidade. Essas novas moedas certamente experimentariam uma enorme depreciação, possivelmente provocando uma guerra cambial no mercado europeu. Essa disputa cambial poderia fazer com que líderes populistas voltassem a surgir pela Europa, como ocorreu logo após a crise de 1929, defendendo o fechamento de suas fronteiras para o comercio internacional. Consequentemente, ocorreria uma perda no plano de unificação.

Os principais argumentos para a manutenção da Zona do Euro se referem mais aos custos políticos e econômicos de sua dissociação. A União Monetária Europeia era uma ponte muito distante, o que não significa que não devesse ser atravessada. No entanto, ela foi atravessada muito cedo, bem antes de a Europa estar estrategicamente preparada para defendê-la ou suportá-la (MARSH, 2013).

Ao invés de haver um diálogo construtivo entre os países periféricos e centrais, o que vemos é uma completa paralisia no processo decisório estratégico, gerada não por um debate racional, mas pelo terror resultante de eventuais políticas alternativas (MARSH, 2013).

Países que contam com uma política cambial e monetária poderiam atuar depreciando suas moedas e alterando suas taxas de juros, de modo a atender as condições macroeconômicas do seu país. Essas possibilidades não são possíveis para países que possuem a mesma moeda. Nesse caso, o que pode ocorrer são as chamadas desvalorizações internas.

Um país pode reduzir o custo unitário do trabalho como modo de reestabelecer a competividade de seus bens transacionáveis. Parte dos desbalanceamentos dos países periféricos foi formada por uma política monetária que não atendeu as condições da economia de cada país, o custo do trabalho aumentou além da produtividade, prejudicando a competitividade desses países.

Mesmo a existência do Tratado de Maastricht e o Pacto de Estabilidade e Crescimento tentando conferir algum controle sobre os países-membros, ainda

inexiste uma política fiscal central na Zona do Euro. Para Damas (2017), ainda existe uma necessidade de uma instituição supranacional que regule, administre e centralize a política fiscal de toda a Zona do Euro. De acordo com De Grauwe (2010):

> "Não deve haver dúvida de que a sobrevivência da Zona do Euro depende largamente da capacidade de ela ser inserida em uma união política. Isso implica alguma perda de soberania na condução das políticas macroeconômicas, que vão além da política monetária, além de organizações de arcabouços mínimos de transferências de recursos entre os Estados-membros, mesmo quando alguns países tenham de se comportado perduariamente."

Outro ponto a se debater diz respeito às mudanças que estão ocorrendo no continente, em especial com relação à migração e ao Brexit. A migração traz efeitos ao mercado de trabalho, à inclusão das pessoas na sociedade e também à organização política dentro continente.

A recente crise migratória é multicausal, agregando aspectos econômicos, sociais e políticos, que levaram a um considerável fluxo migratório. O fluxo majoritário de pessoas de países em desenvolvimento ou de menor desenvolvimento relativo para os países desenvolvidos tem gerado conflitos na esfera trabalhista e ressoado no plano político (JUNIOR, 2016).

Quando um migrante de baixa qualificação vai a um país desenvolvido e com a economia aquecida, ele amplia a demanda por emprego, pressionando para baixo os salários. Tal comportamento é interpretado como ruim e é captado por partidos políticos, espalhando elevado conflito sobre o tratamento desses fluxos e transmitindo atritos entre os países receptores e emissores (JUNIOR, 2016).

Uma das teorias voltada à compreensão a respeito das migrações internacionais é a abordagem neoclássica, cujo foco era microeconômico. Assumia-se que diferenças geográficas nas ofertas e demandas por trabalho provocam fluxos migratórios de regiões de baixos salários para regiões de altos salários. Então, um indivíduo decidiria migrar após racionalmente calcular o custo-benefício, e o retorno financeiro de sua escolha deveria ser ótimo (MASSEY, 1993).

Fluxos migratórios em massa, como os que têm ocorrido nos países europeus recentemente indicam que não se trata de somente um elemento econômico. Nesses casos, dificilmente os migrantes realizaram análises de custo-benefício ou custo-oportunidade com um nível de exatidão assumido pelas abordagens econômicas (JUNIOR, 2016).

Mais próxima do que está acontecendo é a abordagem do sistema-mundo, com base nas contribuições de Wallerstein. Nesse sistema, assume-se que as migrações são uma repercussão natural do avanço do capitalismo em países menos desenvolvidos, gerando fluxos de migrantes que buscam nas economias mais prósperas possibilidade de maior renda. Trata-se de o avanço capitalista criar mais liberalismo e mobilidade de capital, bens, serviços e pessoas, o que já ocorre pelo continente europeu (OLIVEIRA; PEIXOTO; GÓIS, 2017).

Outro perfil de países que têm uma fuga de pessoas muito grande é caracterizado pelo histórico de baixo desempenho econômico, que gera abalos das instituições nacionais e ocasiona conflitos armados locais e guerras civis. Essas características levam os habitantes a procurarem um local mais seguro, onde possam ter condições de vida melhores das que tem em seus países de origem.

Um outro traço marcante para migração são os conflitos armados e as guerras, que se somam ao baixo perfil econômico e social. Aqui se destacam Síria e Iraque, que sofrem o avanço do Estado Islâmico, além da Nigéria, que é pressionada pelo Boko Haram, e o Afeganistão, que está em situação de conflito com restantes adeptos do Talibã. Isso se trata de variável importante, vez que, somada aos elementos da esfera econômica, constitui o arranjo do contexto produtor de emigrantes (JUNIOR, 2016).

O aspecto da política migratória de cada país do bloco europeu é importante, bem como a posição dos governos a respeito do recente fluxo migratório e o contexto da migração em seus territórios. Cada estado-membro do bloco econômico da União Europeia deve definir seu arcabouço jurídico-político para esse tema. Dessa forma, localiza-se aqui a primeira fonte de conflito no bloco em referência ao fluxo migratório.

Nota-se que, substancialmente, a UE, no curto prazo, conseguiu alcançar medidas possíveis, quando considerados os limites de atuação do bloco em matérias de competência partilhada. Todavia, persiste forte conflito entre os

Estados-membros a respeito das cotas de recepção de migrantes, sobre os encargos políticos, financeiros e econômicos que a entrada em massa causa nas economias europeias, além de transparecer um aspecto vital no processo europeu de integração (OLIVEIRA; PEIXOTO, GÓIS, 2017).

Outro ponto importante que vale a discussão é com relação ao Brexit. A grande repercussão na mídia internacional do plebiscito realizado no Reino Unido para decidir se o país deveria ou não deixar a União Europeia foi alimentada pelo interesse nas repercussões que tal decisão poderia gerar, em termos de comércio internacional e como reflexo de uma retração do processo de integração regional europeu e o avanço da tendência ao individualismo em política externa. A polarização do debate interno se deu em meio a um cenário de avanço do nacionalismo de direita, evidenciando um dos principais sintomas de uma crise sistêmica global: a tendência em culpar o estrangeiro pelos problemas econômicos internos e resgatar o sentimento nacional a partir do isolacionismo e da recuperação de um passado glorioso (MEDEIROS; CATTELAN, 2016).

O Brexit é um sintoma da crescente dificuldade em manter a Europa unida em um cenário de polarização crescente, o evento também evidencia os limites dos processos de integração regional em um contexto econômico de protecionismo e tentativa de recuperação do crescimento (MEDEIROS; CATTELAN, 2016).

O movimento pela saída do Reino Unido da União Europeia não é novo. O país já entrou tardiamente no bloco (então denominada Comunidade Econômica Europeia), em 1973. No referendo que tratou da entrada de Londres no processo de integração europeia, cerca de 32% dos eleitores votou contra o ingresso. Desde então, o Reino Unido sempre teve uma posição privilegiada dentro do processo de integração europeu (SANTOS, 2015).

A UE, temendo uma efetivação do Brexit, cedeu. Em fevereiro de 2016, fechou-se um acordo entre o Reino Unido e o bloco europeu, o que confirmava a excepcionalidade britânica dentro da organização. O pacto tinha a governança econômica, a competitividade, a soberania e a migração como assuntos principais. As “reformas” foram em sua maioria simbólicas – fazendo concessões que já aconteciam na prática (MEDEIROS; CATTELAN, 2016).

Os principais argumentos para os defensores da saída do Reino Unido da UE foram: peso fiscal (recursos destinados à União Europeia poderiam ser utilizados

para outros serviços públicos); excesso de regulação em diversos setores; falta de autonomia para políticas nacionais; inchaço da burocracia; imigração. Esse último fator foi considerado o de maior peso na campanha, consoante um aumento no nacionalismo e xenofobia no país. As justificativas pela continuidade no bloco tinham como base o prestígio internacional, os ganhos econômicos, as vantagens de se admitir imigrantes e questões de segurança internacional (DA SILVA VEIGA; SANTOS, 2016).

A vitória do Brexit teve impactos imediatos. A libra esterlina atingiu seu valor mais baixo em três décadas. O preço das ações e títulos do país caiu. O Reino Unido teve sua nota de crédito rebaixada por agências de classificação de risco. Também se notou um aumento nos registros de casos de racismo e xenofobia nos dias seguintes ao referendo.

Para a saída ser efetivada, o governo britânico deve invocar o artigo 50 do Tratado de Lisboa, que estabelece os parâmetros e as maneiras de como o egresso deve ocorrer. O artigo, nunca utilizado, estipula um prazo de dois anos (que pode ser ampliado caso haja consenso) para o Reino Unido e a UE negociarem como se darão suas relações. Assim, a concretização desse processo ainda é indefinida (MEDEIROS; CATTELAN, 2016).

O Brexit não representa o fim da integração europeia, sendo mais um sintoma da crise que assola os países centrais em um contexto de transição sistêmica e crise de hegemonia. O processo é visto como uma reação tradicional de países centrais em momentos de crise econômica adotando o protecionismo, o nacionalismo e o individualismo na política externa como forma de evitar o processo de difusão de poder (MEDEIROS; CATTELAN, 2016).

2 CONCLUSÕES

A União Europeia é resultado de um grande processo de integração na Europa, e seu início é marcado principalmente pelo período pós-Segunda Guerra Mundial. Todo o processo decorreu ao longo do século XX, passando pela formação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, da Comunidade Econômica Europeia, até a década de 90, em que o Tratado de Maastricht foi assinado.

A moeda única foi implementada no final da década de 90, e o euro colocou sob mesma tutela monetária países com diferentes estruturas sociais e econômicas. As reações por parte dos países foram diferentes, sejam elas negativas ou positivas. Tal integração econômica permitiu ainda que os governos, dentro de suas próprias soberanias, adotassem cada um suas próprias políticas fiscais.

Os países são também diferentes com relação à industrialização, e um efeito a respeito da unificação da moeda é que ela pode resultar em uma sobre apreciação. Isso leva a um fenômeno chamado Doença Holandesa, em que os países periféricos (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda) sofreriam uma desindustrialização, resultado de uma maior importância à exportação de bens que são mais fáceis de produzir e que não requerem maiores níveis de tecnologia.

Os países da União Europeia realmente caminharam juntos em direção a alguns ideais, como combater a inflação e controlar suas dívidas num primeiro momento. A política monetária única fez com que alguns países, como a Alemanha, apresentasse cada vez mais superávits em conta corrente, enquanto que os países periféricos sofressem com déficits e não pudessem utilizar de uma política cambial para combater isso.

A utilização de uma política fiscal irresponsável pode ter sido um dos fatores determinantes para o crescimento de déficits nas contas nacionais, porém nenhum país havia enfrentado um desequilíbrio grande até a crise de 2008. A fim de evitar uma crise ainda maior, os governos precisaram intervir para socorrer o sistema financeiro, em consequência, isso levou a uma explosão de déficits após 2008.

O regime de câmbio fixo é uma das limitações decorrentes da união monetária, ou seja, os membros perdem autonomia de sua política monetária. Dessa forma os governos são obrigados a utilizar a política fiscal, onde uma série de

desequilíbrios pode ser vista nas contas nacionais e não podem ser ajustados com variação do câmbio e na taxa de juros básica, resultando em países deficitários e superavitários, expansionistas e contracionistas.

Apontado como uma das soluções a esses problemas, tendo a união política como base, seria a criação de uma federação em torno dos interesses supranacionais, o que daria poderes e deveres à União, e tiraria as obrigações e direito dos estados nacionais. Dar o poder a um agente internacional tiraria um pouco das limitações da moeda única, e poder-se-ia realizar ajustes econômicos quando necessário.

Em essência, a UE encontra-se numa situação curiosa, na qual a integração não foi concluída e, portanto, ao persistir aspectos intergovernamentais no bloco, impactos exógenos geram elevado grau de conflito. A crise migratória é um elemento exógeno ao bloco europeu e, em virtude da competência partilhada em matéria de migração e asilo, é esperado que se manifestassem diferentes percepções dos Estados-membros sobre esse fenômeno (JUNIOR, 2016).

REFERÊNCIAS

AKERLOF, George A. Procrastination and obedience. **The American Economic Review**, v. 81, n. 2, p. 1-19, 1991.

ALPHANDÉRY, E. **The euro crisis: lessons and perspectives.** 2003. Disponível em: < http://institute.eib.org/wp-content/uploads/2013/10/The-EURO-Crisis-Lessons-and-Perspectives-final.pdf>. Acesso em 5 nov. 2018.

BANK OF ENGLAND. 2018. Disponível em: <https://www.bankofengland.co.uk/>. Acesso em 5 nov. 2018.

BCE. **Decisão do BCE, de 24 de Julho de 2007.** 2007. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/1003/1349/html/act_9717_amend.pt.html>. Acesso em 5 nov. 2018.

BUITER, Willem H.; CORSETTI, Giancarlo; PESENTI, Paolo A. **Financial markets and European monetary cooperation: The lessons of the 1992-93 exchange rate mechanism crisis**. Cambridge University Press, 2001.

COIMBRA, Paulo. Teorias de Integração Monetária. Aplicação à União Europeia. **Gestão e Desenvolvimento,** v. 10, p. 243-258, 2001.

COSTA, Carla Guapo. **A moeda única europeia: Entre a construção monetária e a desconstrução europeia.** 2016. Disponível em: < http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/bru14_art02.pdf>. Acesso em 5 nov. 2018.

COSTA, Olivier. **A União Europeia e sua política exterior: história, instituições e processo de tomada de decisão.** Brasília: FUNAG, 2017.

DAMAS, Roberto Dumas. **Crises econômicas internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2017.

DA SILVA VEIGA, Fabio; SANTOS, João Vieira dos. O impacto do Brexit na União Financeira Europeia. **Revista de Direito da Empresa e dos Negócios**, v. 1, n. 2, p. 87-106, 2017.

DE GRAUWE, Paul. How to embed the Eurozone in a political union. **Completing the Eurozone Rescue: What More Needs to Be Done?**, p. 29, 2010.

DESCHAMPS, Étienne. **The provisions of the Single European Act.** 2016. Disponível em: < https://www.cvce.eu/content/publication/1999/1/1/243555aa-d219-4525-9978-34325bb5e17a/publishable_en.pdf>. Acesso em 5 nov. 2018.

DEUTSCH BUNDENSBANK STATISTICS. 2018. Disponível em: < https://www.bundesbank.de/en/statistics>. Acesso em 5 nov. 2018.

EMPLOYMENT OBSERVATORY. **Labour Market Developments and Polices in the new German linder.** 1994.

EUROPEIA, Comissão. Uma moeda para a Europa: o caminho para o euro. **Comunidades Europeias**, 2007.

EUROPEIA, UNIÃO. Tratado da União Europeia: versão consolidada. **Jornal Oficial da União Europeia.** 2016. **Disponível em: <http://eur-lex. europa. eu/resource. html**>. Acesso em 5 nov. 2018.

FERREIRA, José Medeiros. **Não Há Mapa Cor-de-rosa – A História Mal(dita) da Integração Europeia.** Lisboa: Edições 70, 2013.

GARRIDO, Álvaro. Para que serviu o Plano Marshall?. **Relações Internacionais (R: I)**, n. 21, p. 199-204, 2009.

GASPAR, Carlos. O futuro da comunidade de segurança transatlântica. **IDN Cadernos**, 2011.

JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA. **Do tratado da União Europeia e do tratado que institui a Comunidade Europeia.** 2006. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/pdf/ce32120061229pt00010331.pdf>. Acesso em 5 nov. 2018.

JUNCKER, Jean-Claude. **Concluir a União Económica e Monetária Europeia.** 2015. Disponível em: < https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/other/5presidentsreport.pt.pdf?3351090ca3f9a574fef6735c17ecd7ca>. Acesso em 5 nov. 2018.

JUNIOR, Carlos Nogueira da Costa. Crise migratória na Europa em 2015 e os limites da integração europeia: uma abordagem multicausal. **Conjuntura Global**, v. 5, n. 1, p. 19-33, 2016.

MARINHEIRO, Carlos José Fonseca. O Pacto de Estabilidade e a Política Orçamental Portuguesa: a aplicação de um modelo VAR. **Notas Econômicas,** v. 10, p. 181-199, 1998.

MARSH, Steve; REES, Wyn. **The European Union Security in the Security of Europe: From Cold War to Terror War.** 2011. Disponível em: < https://www.e-ir.info/2012/10/15/review-the-european-union-in-the-security-of-europe/>. Acesso em 5 nov. 2018.

MEDEIROS, Klei; CATTELAN, Pedro Henrique Prates. O significado e os reflexos do Brexit: crises no centro do sistema, nacionalismos e reações aos processos de integração regional. **Boletim de Conjuntura Nerint**, v. 1, n. 2, p. 1-83, 2016.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de; MAIA, Geraldo; MARIANO, Jefferson. O Sistema Bretton Woods e a Dinâmica do Sistema Monetário Internacional Contemporâneo. **PESQUISA & DEBATE,** v. 19, n. 2, p. 195-219, 2008.

OLIVEIRA, Catarina Reis; PEIXOTO, João; GÓIS, Pedro. A nova crise dos refugiados na Europa: o modelo de repulsão-atração revisitado e os desafios para as políticas migratórias. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 1, p. 73-98, 2017.

OTERO-IGLESIAS, Miguel. **A crise financeira na Europa: qual papel para os BRICS?**. Disponível em: < https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=9664a615-9ed9-a652-b4a0-122a3f611ea5&groupId=252038>. Acesso em 9 dez. 2018.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; MARCONI, Nelson; OREIRO, José Luís. **Doença holandesa.** 2010. Disponível em: < http://www.bresserpereira.org.br/papers-cursos/cap.5-dutchdisease.pdf>. Acesso em 5 nov. 2018.

QUINTAL, Carlota. **Banco Central Europeu: Independência e Responsabilidade Política.** 1998. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/25091/1/NotasEconomicas10_artigo15.pdf>. Acesso em 5 nov. 2018.

SILVA, Nuno José Henriques Baetas da. **A Doença Holandesa na Economia Portuguesa: o Papel das Remessas dos Emigrantes e do Investimento Direto Estrangeiro**. 2014. 60 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

TRADING ECONOMICS. **20 million indicators from 196 countries.** Disponível em: <https://tradingeconomics.com/>. Acesso em 4 nov. 2018.

UNIÃO EUROPEIA. 2018. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/31461/qc0417545ptn_pdfweb_20171016175017.pd>. Acesso em 5 nov. 2018.

UNIÃO EUROPEIA. **Compreender as políticas da União Europeia: Os países fundadores da União Europeia.** 2013. Disponível em: < http://publications.europa.eu/resource/cellar/68bdd08f-bc32-4cf3-b714-fe6237052617.0018.03/DOC_1>. Acesso em 24 nov. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – O PROCESSO DE REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA

É importante também mostrar um pouco da história alemã no período pós-Guerra Fria, e a unificação do país. Em 1° de julho de 1990, estabeleceu-se a união social, monetária e econômica com o *State Treaty* (Tratado de Estado) entre e República Federativa Alemã (RFA) e a República Democrática Alemã (RDA). Como a economia da parte oriental estava há 50 anos protegida contra a competição externa, foi submetida de vez às forças de mercado após um grande período de tempo. Essa parcela de tempo fora do mercado não deixava dúvidas do baixo nível de qualidade de seus bens e produtividade de seus trabalhadores. Dessa maneira, a economia da Alemanha Oriental teria um início desapontador (DAMAS, 2017).

Logo de início, a ideia era de fixar as paridades dos dois câmbios, o *Deutsch Mark* (DM) com o *Ostmark*, em 1:1; temia-se um grande êxodo de trabalhadores da Alemanha Oriental (RDA) para a Ocidental (RFA) em busca de melhores salários. Já para o *Bundesbank*, essa conversão entre as moedas deixava de lado as diferenças de produtividade entre os trabalhadores que estavam nas duas partes da Alemanha.

O *Bundesbank*, que era a autoridade monetária, defendia que a paridade deveria ser diferente, levando em consideração as diferenças de produtividade dos trabalhadores, indicando uma paridade de 2 *Ostmark* para 1 DM. Mas como havia também um receio também por aumentar ainda mais o êxodo de trabalhadores do lado oriental para o lado ocidental, então a paridade 1:1 foi tomada.

Com a paridade das moedas, um forte crescimento dos salários dos trabalhadores da antiga RDA prejudicou ainda mais a difícil condição de sua economia. Os salários subiram, e em consequência disso, a viabilidade financeira das empresas caiu de forma expressiva, levando a taxa de desemprego a atingir 11,8% no segundo semestre de 1991 (DAMAS, 2017). Esse fenômeno pode ser retratado de acordo com os dados apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 - Taxa de crescimento econômico anual, desemprego e migração de trabalhadores na Alemanha entre 1990 e 1992.

Período (Semestre.Ano)	**2º. 1990**	**1º. 1991**	**2º. 1991**	**1º. 1992**	**2º. 1992**
Crescimento econômico anual (%)	-29	-19	13	-3	14
Desemprego (%)	-29	-19	13	-3	14
Migração para a Alemanha Ocidental (milhares de pessoas)	138	102	148	94	106
Viajantes (trabalhadores) habituais para a Alemanha Ocidental (milhares de pessoas)	206	446	541	451	506

FONTE: Employment Observatory (1994)

A paridade 1:1 fez com que se agravasse ainda mais o problema da falta de desenvolvimento da parte Oriental da Alemanha, e uma enorme parcela da indústria da RDA tornou-se absolutamente inviável. Com o exagerado aumento no custo da mão de obra dos trabalhadores, a economia da RDA contraiu 29% no segundo semestre de 1990 e 19% no primeiro semestre de 1991 como observado na Tabela 5 (DAMAS, 2017).

Para ilustrar o atraso tecnológico da Alemanha Ocidental, peguemos o exemplo do Trabant, um automóvel produzido na cidade de Zwickau, na antiga RDA, pela montadora Sachsenring. O veículo era feito de carroceria de plástico, e isso, por si só, já era um exemplo clássico do atraso das políticas de planejamento central das antigas nações comunistas. Logo após o muro de Berlim cair, diversos alemães da RDA que tinham esse carro simplesmente os abandonaram pelas ruas, dado a certeira conclusão do atraso tecnológico que seu país viveu. Na Figura 5, essa situação é retratada.

Figura 10 - Abandono de automóveis Trabant na Alemanha após a queda do muro de Berlim.

Fonte: Disponível em: <https://hiveminer.com/Tags/gdr%2Ctrabant>.

A conversão cambial foi uma política populista defendida por Kohl, com a intenção de evitar a grande migração de trabalhadores da RDA para a RFA. Ironicamente, esse foi o principal motivo de migração e do aumento de empregos no lado ocidental pelos trabalhadores da RDA.

Há de se destacar também um estudo realizado por Akerlof (1991). A pesquisa foi feita com 210 famílias que moravam na RDA, e chegou-se à conclusão que a maior parte das migrações foram por falta de trabalho na RDA no pós-reunificação. Esses fatos são observados pelos números da tabela, mais de 17% de toda a população da RDA migrou para a RFA ou se tornou um viajante habitual e parte da força de trabalho do lado ocidental.

A paridade das moedas foi alvo de críticas até mesmo do presidente do Bundesbank, Helmut Schelsinger (BUITER; CORSETTI; PESENTI, 1998):

> ... o maior erro desta transição que tem trazido consequências negativas até hoje foi a política salarial. Compreensivelmente, o que as pessoas desejavam era: um país, uma moeda, e um único sistema salarial. Mas essa decisão equivocada acabou se tornando extremamente custosa, além de irresponsável. Pelo elevado nível de desemprego após o fechamento de várias empresas e a demissão em massa de trabalhadores na RDA. Pela necessidade substancial de transferência advinda do ocidente para o oriente, para compensar os crescentes déficits fiscais, além de superar o sistema de seguridade social e a enorme perda financeira de empresas ineficientes. Pela urgência do *Bundesbank* em evitar pressões inflacionarias advindas deste expansionismo fiscal, através de uma política monetária contracionista.

Na Tabela 6 são exibidos dados que retratam o que aconteceu com as contas públicas após a unificação alemã.

Tabela 6 - Retrato sobre as contas públicas alemãs após o processo de unificação do país.

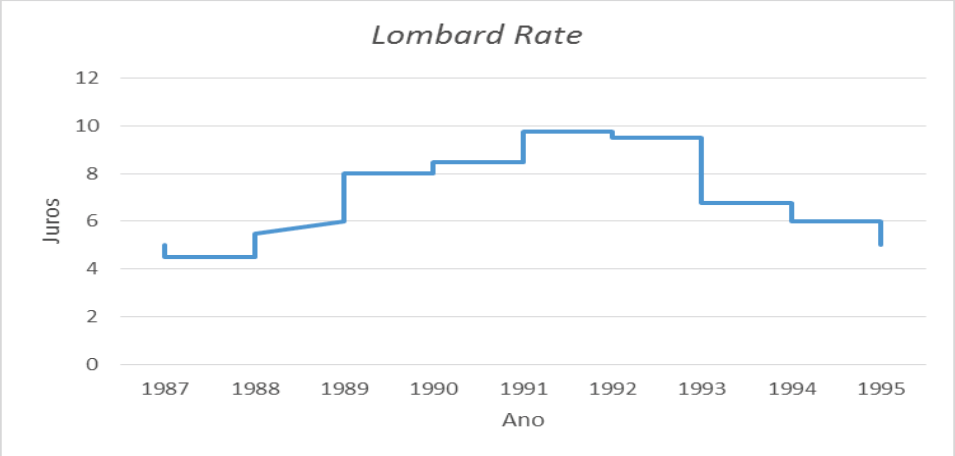
% PIB	**1989**	**1990**	**1991**	**1992**
Déficit fiscal	0,2	-1,7	-2,8	-3,2
Conta-corrente	4,8	3,3	-1,1	-1,1
Inflação	2,6	3,4	5,1	5,3

Fonte: Deutsche Bundesbank Statistics(2017)

No período de 1989 até 1992, as contas governamentais da RFA saíram de um superávit de 0,2% do PIB para um déficit de 3,2% do PIB. Como reflexo da insuficiência de poupança doméstica para cobrir os gastos, a conta corrente experimentou uma notável inflexão, passando de 4,8% em 1989 para -1,1 já em 1992. Com todo o expansionismo fiscal liderado pela RFA, combinado com o aumento do consumo, principalmente por parte da população da antiga RDA, que estava experimentando um consumismo contido há tempos, o aquecimento da economia passou a pressionar a inflação do país, passando de 2,6% em 1989 a 5,3% já em 1992 (DAMAS, 2017).

Ainda em 1988, a antiga RFA já passava por um aquecimento em sua economia, o que refletia diretamente no seu nível geral de preços. O *Bundesbank* começou a interferir com o aumento da taxa de juros, chamada de *Lombard rate*, o expansionismo fiscal e de consumo pós-reunificação intensificou as pressões inflacionárias que o país experimentava, levando a autoridade monetária a intensificar sua já restritiva política monetária. Na Figura 11 é retratada a série histórica desse período.

Figura 11 - Lombard rate entre os anos de 1988 e 1995.



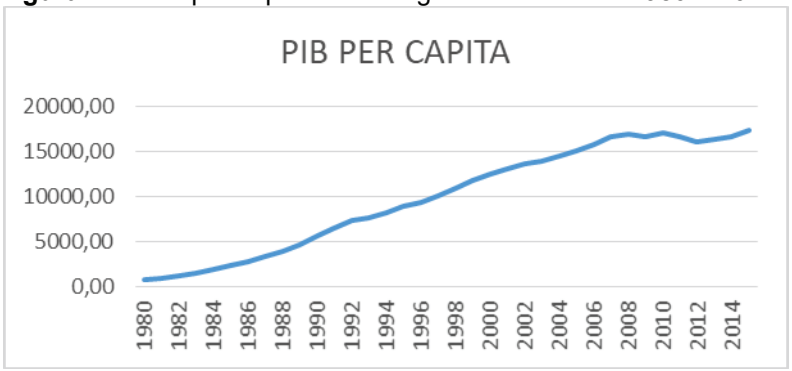
Fonte: Deutsch Bundesbank Statistics (2018)

APÊNDICE B – A DOENÇA HOLANDESA EM PORTUGAL

A integração econômica europeia desde o Tratado de Maastricht, ainda que tenha levado a uma convergência da taxa de inflação, acabou por resultar em uma apreciação do câmbio e a uma queda na taxa de juro, dois fenômenos que podem estar ligados diretamente à origem da Doença Holandesa.

Entre 1986 e 1992, o PIB per capta português registrou um crescimento elevado, acima até de outros países pertencentes à União Europeia. Foi um período de aceleração econômica, aumento do consumo e também das despesas sociais do estado. O processo de aceleração do crescimento prosseguiu até 1999, tirando o período de crise cambial de 1992/93. De 1999 para frente, o que se observa era uma etapa de estagnação em que a taxa de crescimento ficou relativamente menor (SILVA, 2014). Na Figura 12 é retratado um gráfico que demonstra o PIB per capita de Portugal entre os anos 1980 e 2014.

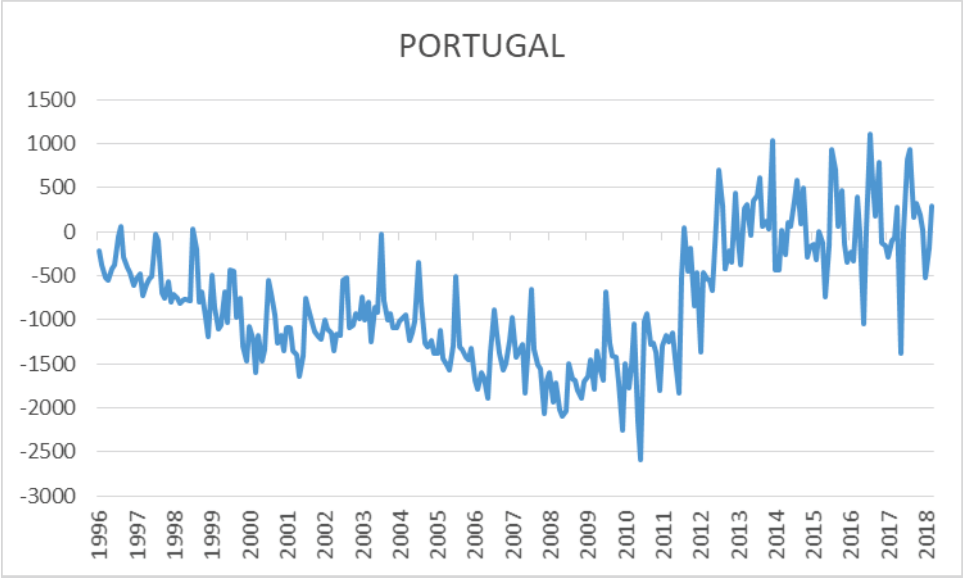
Figura 12 - PIB per capita de Portugal entre os anos 1980 e 2014.



Fonte: Adaptado de Trading Economics (2018)

Está evidente a bipolaridade da performance nos primeiros 25 anos de integração da União Europeia. A isso, pode-se juntar também a existência de déficits na balança corrente, o que se refletiu a um aumento do endividamento externo também, conforme apresentado no gráfico da Figura 13.

Figura 13 - Balança comercial portuguesa entre os anos de 1996 e 2018.

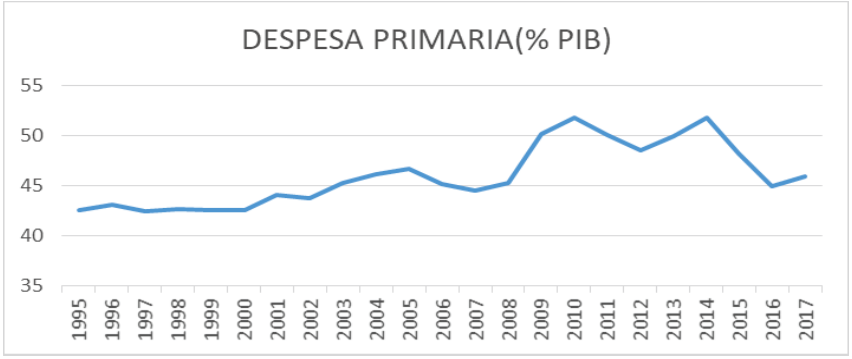


Fonte: Adaptado de Trading Economics (2018)

Em conjunto com a evolução da taxa de câmbio real, já que a mesma era atrelada ao marco alemão encontrava-se também transferências da UE para a economia portuguesa.

Ainda no período de integração, a despesa pública em comparação com o PIB também tem uma trajetória crescente. Isso pode ser explicado pela procura de crédito por parte das famílias, em particular para aquisição de habitação. Essa política orçamental foi possível pela entrada de recursos oriundos da União Europeia. No gráfico da Figura 14 é representada a despesa primária em relação ao PIB entre 1995 e 2017 em Portugal.

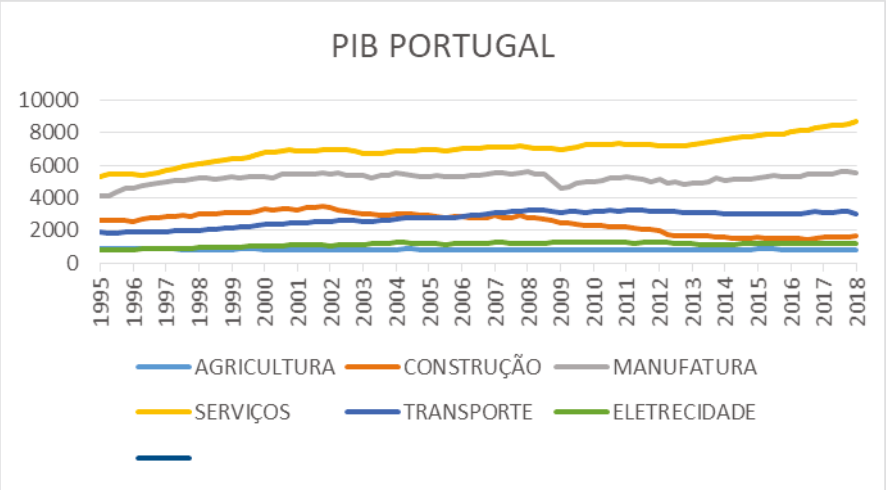
Figura 14 - Despesa primária em relação ao PIB em Portugal entre 1995 e 2017.



Fonte: Adaptado de Trading Economics (2018)

Outro fator a se considerar é em relação aos setores transacionáveis e os não, acompanhando a série histórica (Figura 15) percebe-se um aumento do peso dos não transacionáveis em relação ao PIB. Um aumento do peso dos bens não transacionáveis, mais um acréscimo do trabalho nesse setor, e ainda uma apreciação na taxa de câmbio leva ao caminho da Doença Holandesa.

Figura 15 - PIB português por setor entre 1995 e 2018.



Fonte: Adaptado de Trading Economics (2018)

Acompanhando a trajetória por setor do PIB, percebe-se o setor de serviços sempre em uma crescente em relação a outros setores. Há de se destacar o setor de construção, que após uma expansão que pode ser explicada pela entrada de recursos vindos de outros países, em 2008 entra em declínio devido a crise vinda dos Estados Unidos (SILVA, 2014).